A FAZENDA DE CAFÉ ESCRAVOCRATA, NO BRASIL

ORLANDO VALVERDE
Geógrafo do Conselho Nacional de Geografia

O café é originário dos planaltos da Abissínia. No sudoeste dêsse país, onde o cafeeiro cresce nativo, existe uma província chamada Kaffa, cuja denominação, segundo vários autores, teria dado o nome ao fruto e à bebida; entretanto, AFFONSO DE E. TAUNAY contesta essa interpretação, apoiado em pareceres de vários cientistas [1].

No seu país de origem, o cafeeiro cresce espontâneamente, ao que parece, em regiões de savanas do tipo parque, no sub-bosque das manchas florestais, onde a luz do sol filtra-se através das ramagens das árvores mais altas.

Em época desconhecida o café foi levado da Abissínia para a Arábia Feliz, de onde em breve se propagou pela costa oriental do Mediterrâneo. Proibindo o consumo de bebidas alcoólicas, o Islã favorecia o uso de estimulantes, como o café *moka*.

Foi nessa região que os europeus travaram conhecimento com a bebida e difundiarm-na em seus países, principalmente na Holanda, Itália, Inglaterra e França, nos séculos XVII e XVIII. Sobretudo no último dos países citados, o café tornou-se, além de beberagem de gente rica, um refinamento de intelectuais.

Os holandeses foram os primeiros a cultivar o café em suas colônias, levando-o para Java, ainda no fim do século XVII. Os franceses introduziram o café no Nôvo Mundo: no princípio do século XVIII, trouxeram-no para a Martinica. Pouco depois os holandeses transplantaram o cafeeiro para o Suriname e, quando os franceses decidiram, na década de 1720, cultivá-lo em sua Guiana, resolveram o problema contrabandeando sementes da colônia vizinha de oeste, em vez de ir buscá-lo na Martinica [2].

Em 1927, o Governador Geral do estado do Maranhão, JOÃO DA MAIA DA GAMA, enviou uma expedição à Guiana Francesa, comandada pelo sargento-mor FRANCISCO DE MELO PALHETA, com o objetivo explícito de fiscalizar um marco de fronteira, junto à foz do Oiapoque, que fôra destruído. As instruções que recebeu por escrito, no entanto, recomendavam-lhe também que "se por acaso entrar em quintal ou jardim

[1] A. E. TAUNAY — *Pequena História do Café no Brasil*, p. 21.
[2] Idem, pp. 23-5.

ou rossa ahonde houver Caffe com pretexto de provar alguma fructa, verá se pode esconder algum par de graon com todo o disfarce e com toda a cautela". Tão bem se houve PALHETA de sua incumbência, que trouxe para Belém "cinco mudas e mil e tantas sementes da preciosa planta"[3].

Diz a lenda que, durante a visita que PALHETA fizera ao governdor de Caiena, a espôsa dêste num gesto de extrema amabilidade, pusera grãos de café no bôlso do jaleco de PALHETA, sob o olhar complacente do marido. A carga de sementes e mudas que PALHETA trouxe demonstra, porém, que essa história é inteiramente fantástica. Houve, sim, um plano bem urdido, de antevisão talvez genial, para vencer as restrições impostas pelos franceses ao comércio de mudas de café com o Brasil, ou de sementes em condições de germinar.

Chegando a Belém, MELO PALHETA distribuiu as mudas e sementes entre os vereadores da cidade, de modo que, em curto praso, o cultivo do café se generalizou nas vizinhanças.

Em 1732, exportou o Pará a primeira partida de café para Lisboa — 7 arrôbas. No fim de 1750, essa exportação já ascendia a 4835 arrôbas[4].

Do Pará, o café foi levado para o Amazonas e o Maranhão. Tanto num como noutro lugar, as culturas de café sempre foram insignificantes, porém a importância do útilmo advém do fato de terem dali buscado sementes ou mudas para a cidade do Rio de Janeiro, por iniciativa do desembargador JOÃO ALBERTO CASTELO BRANCO, no limiar da década de 1760[5].

Nas terras do atual estado da Guanabara, o café foi sobretudo uma cultura de quintais e chácaras, hoje em dia englobadas nos perímetros urbano e suburbano. O surto cafeeiro local durou aproximadamente desde o decênio citado até a época da Independência.

Entre os primeiros plantios de café no Rio, houve um na rua dos Barbonos (atual Evaristo da Veiga). Na zona sul, então área rural, houve uma propriedade cafeeira, na encosta do Corcovado, com cêrca de 30 000 pés, assim como nos morros vizinhos à atual praça do Jóquei Clube (praça Santos Dumont).

Ao norte do maciço da Carioca havia culturas de café sôbre suas vertentes, em Mata Porcos (atual Largo do Estácio), bem como na Cascatinha da Tijuca, onde vários fazendeiros franceses devastaram as matas e mantinham escravos na lavoura (fig. 1)[6].

---

[3] BASÍLIO DE MAGALHÃES — *O Café na história, no folclore e nas belas artes*, p. 43.
[4] *Id., ibid.*, pp. 73-4.
[5] *Id., ibid.*
[6] A reconstituição da atual mata da Tijuca, que os leigos pensam geralmente ser natural, foi devida a um silvicultor por intuição, o francês NICOLAU ARCHER. Êle cultivou essências florestais nas terras esgotadas e erodidas pela cultura do café.
À observação científica não escapa que as árvores daquela mata têm, quase tôdas, troncos da mesma grossura e constituem uma formação homogênea de madeiras de lei, coisa que não acontece na floresta tropical primitiva.

Fig. 1 — *Desenho de* RUGENDAS *da colheita e secagem do café por escravos, numa fazenda carioca. Ao fundo, o Pão-de-Açúcar (o verdadeiro e o falso).* (O Homem e a Guanabara, 2.ª *ed. p. 245*)

Os cafèzais se expandiram para as encostas de Jacarepaguá, no maciço da Pedra Branca e para as elevações que circundam a baixada de Santa Cruz.

Na vizinhança setentrional do Rio havia uma fazenda de café em Inhaúma, de onde foram levadas mudas para o sítio do Padre ANTÔNIO COUTO DA FONSECA, no Mendanha.

O sítio do padre COUTO foi a principal propriedade cafeeira em terras cariocas, não tanto pela qualidade do seu café, muito louvada na época, mas porque dêle sairam quase tôdas as matrizes dos grandes cafèzais fluminenses.

Diz-se que os tropeiros vindos de Minas Gerais, então em absoluta decadência, e do vale do Paraíba, deixavam suas mercadorias no Rio e iam carregar as cangalhas de suas mulas com mudas e sementes de café, no Mendanha, antes de subirem a serra de volta.

Também na Baixada Fluminense, pròpriamente dita, difundiram-se os cafèzais, mas tiveram duração efêmera. Para oeste, em Angra dos Reis e Parati, os terrenos excessivamente acidentados foram prêsas fáceis da erosão, quando cultivados com uma cultura aberta, como a do café.

Para leste, o café propagou-se como uma onda, através dos municípios de São Gonçalo, Itaboraí, Maricá, Saquarema, Araruama, São Pedro da Aldeia e Cabo Frio. LAMEGO FILHO apresenta uma estatística mostrando uma fase dessa onda:

FREGUESIAS	N.º DE FAZENDAS DE CAFÉ	
	Em 1860	Em 1869
Cabo Frio	71	105
São Pedro d'Aldeia	123	202
Araruama	447	398
Saquarema	670	217

FONTE: A. R. Lamego: *Homem e a Restinga*, p. 173. Bibl. Geogr. Bras., publ. n.º 2, IBGE, CNG, Rio, 1946.

Nota-se, pela tabela supra, que, enquanto no decênio de 1860 as freguesias mais orientais acusavam aumento no número de propriedades cafeeiras, as mais ocidentais, com cafèzais mais velhos, demonstravam uma rápida decadência. Isto numa fase em que a província do Rio de Janeiro produzia mais de 80% do café do Brasil.

Nas terras da atual Guanabara e da Baixada Fluminense, os cafèzais eram plantados nas encostas, embora houvesse suficientes terrenos planos, porque êstes ou eram argilosos, pesados, impermeáveis e úmidos, impróprios assim às raízes do cafeeiro, ou arenosos, pobres e ácidos, deficientes portanto em nutrientes químicos.

Foram também de pouca duração as plantações de café na região citada, porque a espécies cultivada no Brasil é a *Coffea arabica,* planta originária da *tierra templada,* cujo ciclo vegetativo se encurta, quando cultivada na *tierra caliente*.

Na Baixada Fluminense, o principal município cafeeiro era São Gonçalo, pois de lá foi o café levado para Cantagalo, aí pela década de 1840.

Erram certos historiadores e geógrafos que exageram a significação econômica do café na Amazônia, na Guanabara e na Baixada Fluminense. Teve êle, quando muito, importância geográfica local, em determinado período, já que modificou a paisagem por algum tempo. Trata-se mais de uma "pré-história econômica do café", visto que os dados existentes são falhos, pouco vultosos e incompletos.

Em nenhuma das regiões citadas os cafèzais tiveram então todos os traços característicos das *plantations*.

Se não fôra o *rush* cafeeiro do vale do Paraíba, a cultura da rubiácea nos arredores do Rio de Janeiro teria, hoje em dia, para nós, mais importância, por certo, que a cultura do anil, porém muito menos que a da cana-de-açúcar. Êstes fatos foram aqui mencionados, apenas porque deram origem ao notável surto cafeeiro dos planaltos do Sudeste do Brasil.

A causa fundamental do *boom* do café no Brasil foi a revolução industrial. Só ela pode explicar como, apesar de conhecerem a bebida

desde o século XVII, os povos do ocidente só vieram a constituir um mercado realmente grande a partir do século XIX. O trabalho nas indústrias passou a exigir um consumo muito maior de estimulantes. A Inglaterra, após a conquista da Índia, preferiu prestigiar o chá, a fim de proteger o seu monopólio, constituído pela British East India Company.

Contra a ganância dessa emprêsa rebelaram-se os colonos da Nova Inglaterra, servindo tal acontecimento como uma das razões para a Guerra de Independência. Uma vez autônomos, os Estados Unidos encontraram no café um substitutivo para o chá, libertando-se assim do jugo econômico dos inglêses.

Adotando o café como bebida cotidiana, o povo norte-americano satisfazia igualmente seus ideais de democracia, porque proporcionava ao trabalhador, ao homem da rua, um prazer que até então, na Europa, só era permitido aos ricos e aos intelectuais.

Por isso, os Estados Unidos tornaram-se, a partir do comêço do século XIX, o que são até hoje: o maior mercado mundial do café.

As guerras de libertação no Haiti e nas colônias espanholas, assim como o monopólio de comércio exercido pela Espanha nas colônias ainda subjugadas (Cuba, Pôrto Rico), afastavam nossos concorrentes imediatos. A conjuntura internacional favorecia, pois, o Brasil, de maneira particular.

A procura intensa ultrapassava as possibilidades da oferta. Assim, o surto brasileiro do café se fêz, pràticamente em todo o século passado sob o estímulo dos preços altos, salvo em pequenas crises conjunturais de superprodução[7].

A partir do Mendanha, os cafèzais transpuseram a escarpa da serra do Mar, seguindo, de início, duas direções principais: para noroeste, onde foram abertas numerosas fazendas em São João Marcos, Piraí e Resende, e para o norte, inaugurando a grande cafeicultura em Entre Rios (atual Três Rios). Mais tarde, a começar da década de 1840, uma nova penetração se fêz no rumo nordestino, em direção a Nova Friburgo e Cantagalo, indo terminar em Itaoca e São Fidélis (figs. 2 e 3).

Para a organização das fazendas de café do vale do Paraíba, enquanto os cafeeiros e os escravos vieram da costa (a partir do Rio de Janeiro) para o inteiror, os empresários, que vieram formar a classe dos fazendeiros, sairam do interior em direção ao mar, oriundos que eram, em sua grande maioria, das Minas Gerais, cuja mineração se desorganizara, em absoluta decadência, no último decênio do século XVIII.

Foram árduos os primeiros tempos da penetração do café no vale do Paraíba. Obtida a concessão da sesmaria, transferia-se o pioneiro com a família, os empregados e os escravos para a região. Abria a primeira clareira junto a um rio, onde construía o primeiro rancho

[7] H. Roth — "Die Entwicklung des Kaffeebaus in Brasilien seit 1790 unter dem Einfluss der Weltmarktpreise". *Ibero-Amerikan. Archiv*, Jahrg. I, H. 4, Apr. — 1926, S. 291-314.

Fig. 2 — *Mapa da expansão dos cafèzais nas vizinhanças do Rio de Janeiro*

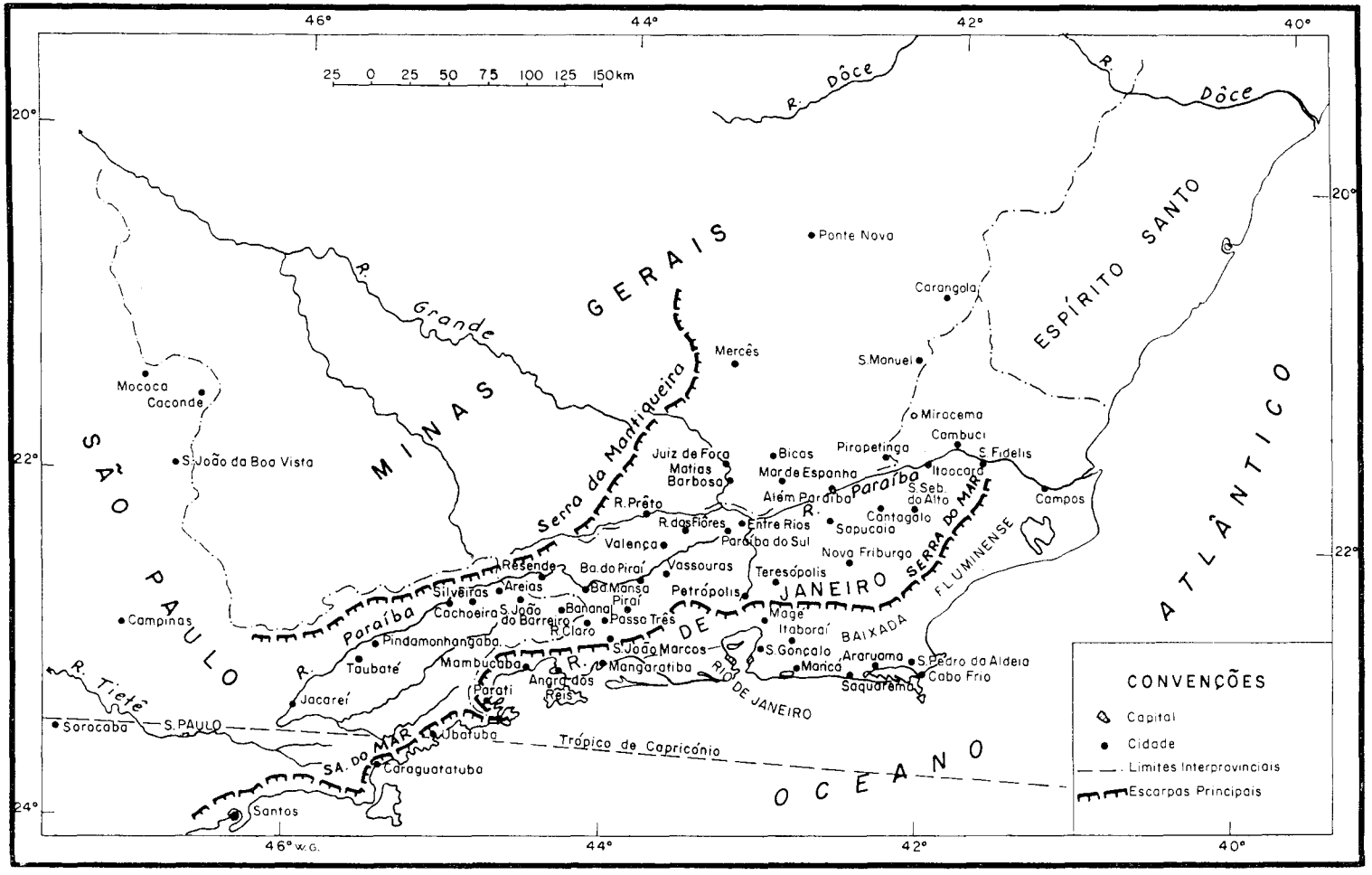


Fig. 3 — *Mapa das principais cidades da região de fazendas escravagistas de café, no Sudeste do Brasil*

Fig. 4 — *Derrubada para a formação de um cafèzal no interior fluminense, no século passado. Notar a casa provisória do fazendeiro. (Desenho de* RUGENDAS). (O Homem e a Serra, *p. 144, fig. 55*)

para abrigar a família. Os roçados prosseguiam pela encosta inferior dos morros, aí para plantar café. Êsse penoso serviço nunca era feito pelos escravos, mas pelos caboclos, geralmente mineiros, seguindo fielmente a técnica de seus mestres, os índios. Faziam incisões a machado no tronco das árvores maiores, à medida que iam subindo o morro. Lá em cima, era derrubado o "matador", árvore mais alta, prèviamente escolhida, que, na sua queda, ia pôr abaixo tôdas as demais [8] (fig. 4).

Nada detinha a invasão dos novos fazendeiros de café. Os índios, que de há muito haviam entrado em contacto com os tropeiros, recuaram para o norte (Zona da Mata e vale do rio Doce). Os posseiros já lá instalados, que em geral não quiseram subordinar-se à nova ordem econômica e social e tiveram também que recuar, ou foram escorraçados pelas ameaças e arbitrariedades dos capangas do fazendeiro. Houve casos, mesmo, em que os posseiros foram assassinados e a justiça pouco ou nada fêz [9].

Alcançando o vale do Paraíba em diversos pontos, a cultura do café se expandiu em direção a São Paulo e à Zona da Mata de Minas

[8] C. F. VAN DELDEN LAËRNE — *Le Brésil et Java*, p. 244.
[9] A. E. TAUNAY — *História do Café no Brasil*, vol. V, pp. 158-160.

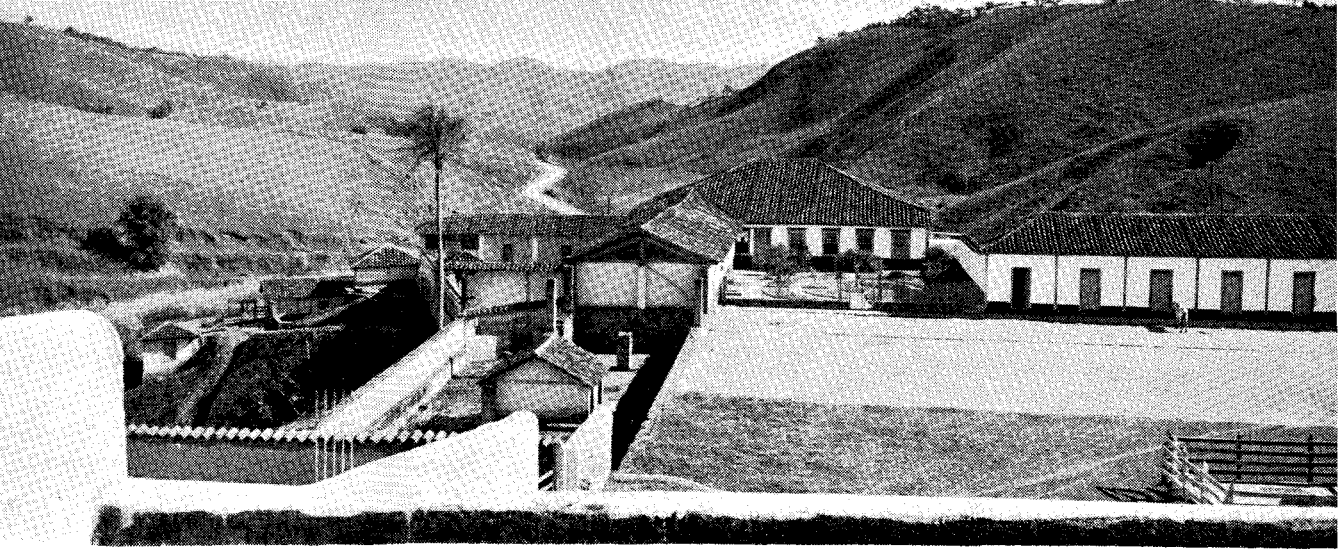


Fig. 5 — *Fazenda das Ameixas, entre Rio Pomba e Mercês, na Zona da Mata mineira. O curral, os pastos e as culturas de cana e milho são aspectos atuais. A cultura tradicional de café está no alto do morro, atrás da casa, junto à mata secundária.* (Revista Brasileira de Geografia, *XX, n. 1, p. 37*)

Gerais, aproveitando o gradiente suave do vale e os declives menos ásperos dos morros.

Já iam longe, então, os tempos pioneiros, e a paisagem se humanizara.

Perto do rio, mas fora do alcance de suas enchentes, sôbre um terraço ou na base de uma encosta, ficava a sede da fazenda, vasto sobrado acachapado, de paredes grossas e quase sempre de dois pavimentos. Um grande número de janelas, tôdas envidraçadas e de guilhotina, abria para a frente do prédio (fig. 5). Dezenas de amplos quartos abrigavam a família e os hóspedes sempre numerosos.

Às vêzes tinha uma varanda atrás ou do lado, dando para o terreiro, grande quadrilátero pavimentado, total ou parcialmente cercado pela senzala, onde moravam os escravos (fig. 6). Completavam o conjunto de construções as tulhas, a farmácia e a enfermaria dos escravos.

Durante o dia, no período da colheita, o fazendeiro podia assistir confortàvelmente, da varanda od da janela, à secagem do café. À noite, distraía-se tôda a família com a música dolente, os batuques e as danças dos escravos. Velava, assim o fazendeiro as "peças da Guiné", que representavam o seu maior empate de capital.

Onde a senzala e as demais construções não completavam o perímetro do terreiro, um muro fechava o recinto, só deixando passagem através de um pesado portão de ferro, que à noite era trancado a cadeado.

A vigilância era severa. TAUNAY menciona ter visto a crista de uma destas muralhas eriçada de cacos de vidro. Noutra fazenda havia um corredor entre a muralha e uma cêrca externa, por onde, à noite, circulavam ferozes mastins [10].

Alguns sobrados tinham, na frente, renques de palmeiras reais que davam imponência à entrada da fazenda (fig. 7). Atrás havia sempre um pomar de árvores frutíferas.

[10] A. E. TAUNAY — *Pequena História do Café no Brasil*, p. 215.

Aquêle conjunto de casarões austeros e muralhas, ao redor de um quadrado desnudo e pavimentado, tinha um aspecto triste, lebrando mais uma fortificação que um estabelecimento agrícola (fig. 8). Essa observação de LAËRNE é corroborada pelo fato de trazerem, outrora, muitas fazendas de café, a denominação de "Fortaleza"[11].

Não se plantava café nos solos pesados e úmidos das várzeas, nem nos solos pobres dos tabuleiros sedimentares das bacias de Resende e Taubaté. Os cafèzais subiam as vertentes dos morros cristalinos, alinhados em fileiras paralelas, segundo as linhas de maior declive.

O povoamento do vale do Paraíba, assim como o da Zona da Mata mineira, foi tìpicamente uma ocupação de fundo de vale. As habitações aglomeravam-se em *habitat* nucleado, junto às sedes das fazendas que se localizavam perto dos rios, a fim de obter fàcilmente água para as pessoas e animais, bem como para o benefício do café e outros serviços da fazenda. Os pastos, as culturas e as derrubadas fizeram refluir a mata para o alto das elevações.

A expansão dos cafèzais no vale do Paraíba, nos albores de nossa vida indenpendente, deu um impulso nôvo à economia nacional e à produção cafeeira, em particular. Os anos da década de 1830 foram decisivos: nesse período tornou-se o Brasil o primeiro produtor mundial de café; no ano de 1832, o café ocupou o primeiro lugar na pauta de nossas exportações e, já no ano de 1837/38, êsse valor, relativo ao

[11] C. F. VAN D. LAËRNE, op. cit., p. 242.

Fig. 6 — *Vista atual dos fundos da fazenda Pau d'Alho, em São José do Barreiro (São Paulo). Notar o terreiro de café e, ao longe, os morros cobertos de capim gordura, onde outrora havia cafèzais. (Foto DPHAN — Min. Educação)*

Fig. 7 — *Alameda de palmeiras reais, no solar do Paraíso, em Rio das Flôres (Rio de Janeiro).*
(O Homem e a Serra, *p. 347, fig. 157*)

café, alcançava 53,2%, isto é, mais que a soma dos valôres de todos os demais produtos exportados.

Pelo gráfico da fig. 9 verifica-se que a província do Rio de Janeiro subiu vertiginosamente sua produção nos decênios de 1830 e 40, assumindo liderança indiscutível na vida econômica e política do Brasil.

Durante quase todo o período monárquico, as fazendas de café escravocratas, que constituíam a maioria das propriedades cafeeiras, mantiveram, no conjunto, uma tendência geral ao aumento da produção e num ritmo superior à escala ascencional da produção do resto do mundo, de tal modo que, no qüinqüênio de 1880/81 a 1884/85, a média das safras brasileiras atingiu 5 900 000 sacas de 60 kg, num total mundial de 10 526 500, ou sejam 56% desta [12].

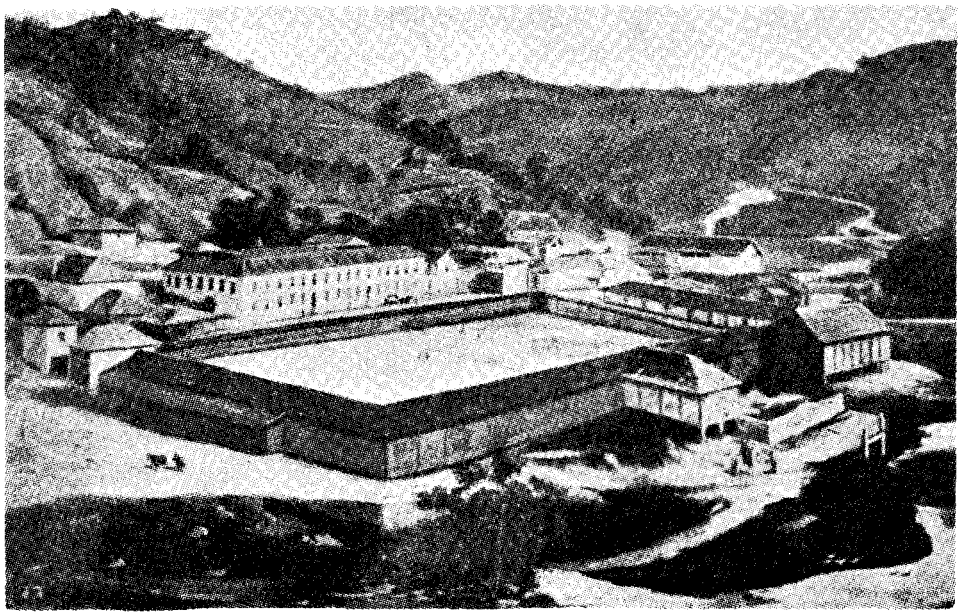


Fig. 8 — *Solar de Santana do Calçado, do barão de Bemposta, em São José do Rio Prêto, ao sul de Sapucaia (província do Rio de Janeiro). O grande recinto fechado do terreiro de café lembra uma fortaleza ou um castelo feudal.* (O Homem e a Serra, *p. 353, fig. 170*)

A. E. TAUNAY resume, de maneira feliz, em dados expressivos, o que foi o surto do café durante o Império: ".... cifras de exportação: às 186 000 sacas de 1822, valendo 3 866 contos de réis ou £ 789 000, contrapuseram-se as 5 586 000 sacas de 1889, no valor de 172 258 contos de réis ou £ 18 983 000.

"Trinta vêzes crescera a produção em volume, quase quarenta e cinco vêzes em valor.

"A preponderância cafeeira no conjunto do comércio exterior brasileiro documentava, de modo ainda mais frisante, as percentagens da exportação: de 19,6, em 1822, havia passado a 66,5, em 1889!

"A atração determinada pelo cultivo da rubiácea também se revelava no adensamento da população das grandes províncias cafeeiras. Se ao ficar o Brasil independente ela se avaliava em 1 531 648 almas, cinqüenta anos mais tarde passara a ser de 4 116 756 e a 15 de novembro de 1889 em 6 347 084.

"Representava, em 1822, trinta e oito por cento da população do país, quarenta em 1872, quarenta e quatro em 1889" [13].

[12] A. LALIÈRE — *Le café dans l'État de Saint Paul*, p. 3.
[13] A. E. TAUNAY, *op. cit.*, p. 232.

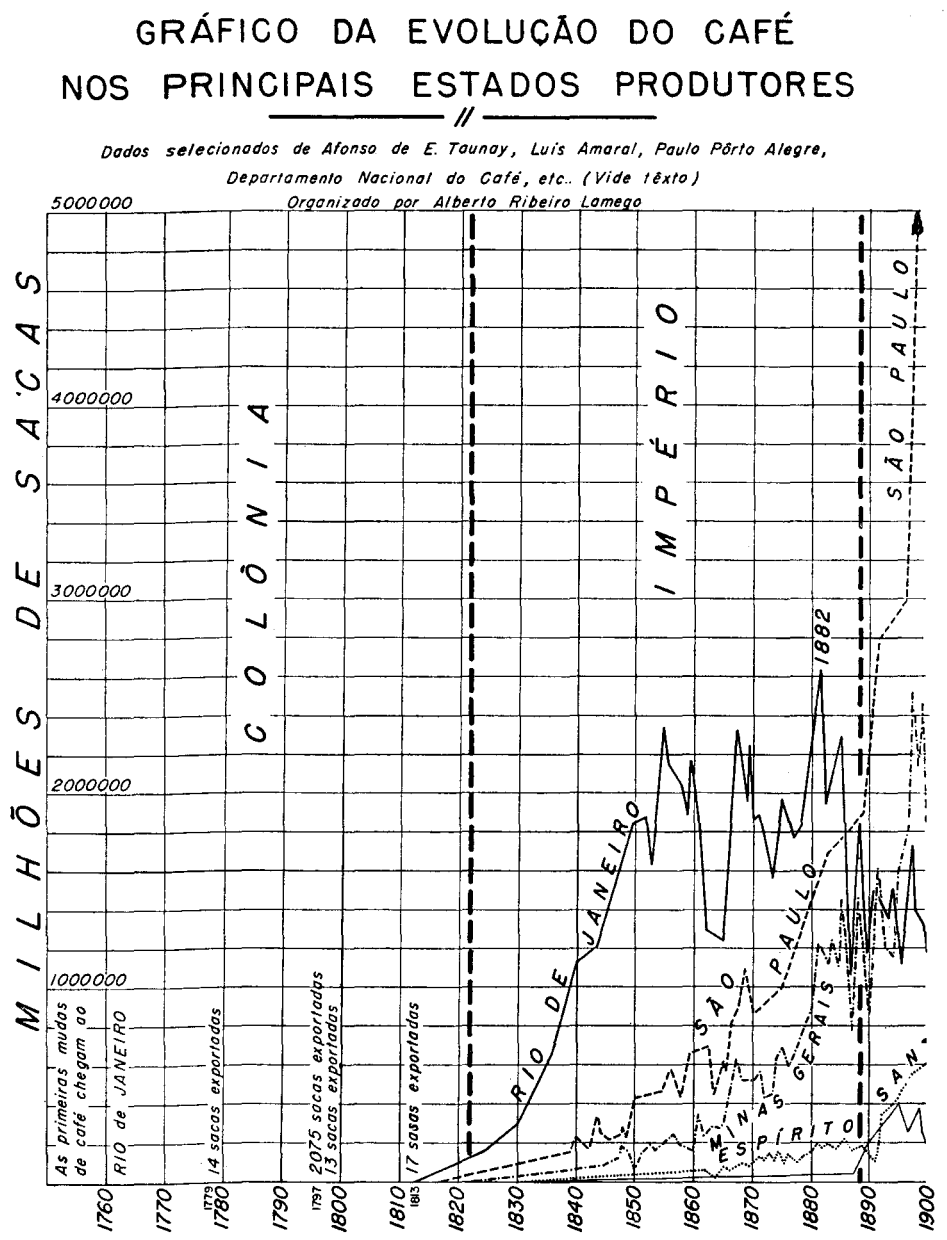


Fig. 9 — *"Gráfico da evolução do café nos principais estados produtores", segundo* ALBERTO R. LAMEGO

Êsse extraordinário progresso econômico, o maior que nossa história registra até então, só foi possível graças ao trabalho escravo. "O Brasil é o café; o café é o negro", sintetizara de maneira magistral SILVEIRA MARTINS no Parlamento brasileiro, por volta de 1880.

Infelizmente, não se dispõe de dados sôbre o número, absoluto ou relativo de escravos empregados nas lavouras de café. Sem dúvida foi para atender às suas prementes necessidades de mão-de-obra que o tráfico negreiro cresceu extraordinàriamente na primeira metade do século XIX, apesar dos compromissos internacionais, cada vez

4 — 37 655

mais sérios, assumidos por Portugal — e pelo Brasil, após a independência — com a Inglaterra e da condenação moral dêsse nefando comércio pela opinião pública.

Em conseqüência da pressão política inglêsa, o Govêrno brasileiro promulgou, em 7 de novembro de 1831, um lei declarando livres todos os escravos desembarcados no Brasil a partir daquela data. Essa lei permaneceu, entretanto, letra morta, em virtude dos fortes interêsses ligados ao tráfico e do crescente poderio político e econômico dos fazendeiros de café. Serviram de pretexto a essa omissão as constantes preocupações do govêrno com as lutas intestinas do período regencial, prolongadas até 1849.

A repressão ao tráfico tornou-se mais cruenta a partir da aprovação do "bill Aberdeen" pelo Parlamento inglês, em 8 de agôsto de 1845, determinando o apresamento de todos os navios suspeitos e o julgamento de sua guarnição pelos tribunais do Almirantado britânico. Êsse instrumento legal abusivo gerou sérios incidentes diplomáticos, porque os comandantes dos cruzeiros inglêses caçaram os supostos "tumbeiros" não só em pleno mar, mas também em águas territoriais, nos portos e até em terra.

Tal situação, somando-se à pressão da opinião pública e aos atritos entre os fazendeiros e os ricos traficantes, seus credores, mas por Lei(Euséfio desprezados, levou a abolção definitia do trago, em 1950 (Lei Eusébio de Queirós) e 1854 (Lei Nabuco de Araújo).

Estava cortado o veio da escravatura. Dali para diante, a população cativa viria minguando, não só porque se importaram mais homens que mulheres, como também porque as condições de vida dos escravos determinavam uma taxa de mortalidade superior à da natalidade. Essa população assim evoluiu:

ANOS	Escravos	Livres	Total	% escravos sôbre o total
1800	1 000 000	2 000 000	3 000 000	33,3
1823	1 147 515	2 813 351	3 960 866	28,9
1850	2 500 000	5 520 000	8 020 000	31,1
1872	1 510 806	8 601 255	10 112 061	14,9
(censo) 1887	723 419 (censo)	12 690 581	13 414 000*	5.3

FONTE: C. Prado Jr.: *História Econômica do Brasil*, P. 346. e *Contribuições para o estudo da demografia do Brasil*, p. 41—IBGE, CNG, Lab. Estat., 1961.

Todos sabiam, na segunda metade do século passado, que a escravidão estava fadada ao desaparecimento, mas os fazendeiros de café estavam, geralmente, por demais dependentes dela para que quisessem abrir mão do trabalho escravo. Neste estava aplicada a maior parte do seu capital; serviam também os escrvos como garantia de hipotecas.

Suprimida a vinda de escravos africanos, procuraram os cafèzistas do vale do Paraíba abastecer-se de mão-de-obra com escravos crioulos [14] de outras áreas do país. Incrementou-se, assim, o tráfico inter-

[14] O conceito de que gozavam êsses escravos é descrito por TAUNAY: "Um escravo crioulo valia sempre mais do que um africano boçal, mas, todos eram concordes em pensar que se tornava preferível adquirir um africano, a comprar um crioulo que já tivesse tido vários senhores".

provincial, que levantou uma onda de protestos até no próprio Congresso, pois ia desfalcar sobretudo os engenhos de açúcar do Nordeste.

Mais de um autor têm procurado, de certa maneira, justificar moral ou econômicamente a escravidão, sob as alegações de que os escravos no Brasil eram felizes, tinha nível de vida superior ao do trabalhador rural europeu, os seus senhores brasileiros teriam coração bem formado e os tratavam paternalmente e, por fim, essas relações de trabalho seriam a regra geral na época.

Ora, se, em regra, os senhores fôssem bons e os escravos felizes, não haveria necessidade de fechar e vigiar as senzalas.

Parece fora de dúvida que o escravo das fazendas de café tinha uma alimentação mais abundante e variada que o trabalhador português, conforme frisou Dé Carli. O cativo era elimentado com feijão, angu de milho verde, farinha de mandioca (à razão de uma libra por dia), cará, batata doce, inhame, bananas, laranjas, abóboras, algum toucinho e carne sêca ou verde, sendo esta de boi, porco ou carneiro (a ração de carne alcançaria 150 libras por cabeça ao ano, isto é, cêrca de 75 quilos); enquanto o camponês de Portugal comia feijão, favas, chicóreas, grão de bico, ervilhas, legumes e verduras, castanhas e pequenas, quantidades de arroz e peixe [15].

A alimentação não é tudo, porém, do nível de vida. A habitação do escravo era miserável: a senzala, embora esternamente fôsse caiada, dando aparência de limpeza, por dentro era infecta, com soalho de chão batido, os móveis mais toscos possíveis e sem instalações sanitárias.

O vestuário era precário ao extremo; muitas vêzes uma tanga ou uma calça velha era tôda sua roupa de trabalho. Só em vésperas de festa o escravo era enfarpelado numa roupa nova, quase sempre branca.

A rudeza do clima europeu exigia para o camponês uma casa mais protetora e bem equipada, assim como trajes mais abrigados.

Nem todos os senhores foram criaturas ferozes que surrassem os escravos ao menor pretexto. Êstes eram certamente a minoria. Procuravam, antes, que os escravos trabalhassem satisfeitos e sem problemas, evitando assim fugas e aborrecimentos. Explorada sem freios era sua fôrça de trabalho. Laërne, que observou pessoalmente várias fazendas do vale do Paraíba, assim escreve a êste respeito:

"Além das 12 a 14 horas de trabalho penoso, expostos ao sol e à chuva (no cafèzal), os escravos tinham que trabalhar duas horas, durante a noite, para preparar os alimentos para si e para o gado, assim como uma hora de manhã limpando os terreiros de café. Eram 15 a 17 horas por dia, de trabalho mais pesado, que nenhuma constituição poderia suportar.

A. E. Taunay, *op. cit.*, p. 224.
[15] G. Dé Carli, *op. cit.*, p. 46, e A. E. Taunay, *op. cit.*, pp. 215-6.

"Os proprietários seguiam a regra de que a renda tirada de um ano de trabalho de um escravo deveria ser igual ao valor do mesmo, de maneira que, do segundo ano em diante, êle desse sòmente lucro" [16].

Usando a linguagem fria e técnica dos economistas, CELSO FURTADO resume a questão do seguinte modo: "A mão-de-obra escrava pode ser comparada às instalações de uma fábrica: a inversão consiste na compra do escravo, e sua manutenção representa custos fixos. Esteja a fábrica ou o escravo trabalhando ou não, os gastos de manutenção terão de ser despendidos".

"Para a prestação de serviços pessoais... o escravo se comportava como um bem durável de consumo. O serviço que prestava era a contrapartida no dispêndio inicial exigido na aquisição de sua propriedade, assim como o serviço de um automóvel é a contrapartida de seu custo" [17].

A exploração do trabalho escravo não foi sempre ilimitada. O próprio LAËRNE menciona que, após a abolição do tráfico, a epidemia de cólera (que grassou no Rio em 1849) e a aprovação da Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, as condições do trabalho foram progressivamente melhorando. Já "não o deixavam mais permanecer no campo, com mau tempo".

"A partir daí, sem dúvida, a posição do escravo no Brasil não é inferior, de modo algum, à do diarista europeu" [18].

Que a escravidão fôsse um uso generalizado no mundo na segunda metade do século XIX, não é verdade. Os fazendeiros de café conseguiram do govêrno brasileiro, graças ao seu poder econômico e político, uma série de manobras protelatórias que mantiveram pràticamente intacta essa odiosa instituição, durante todo o período imperial, apesar das citadas pressões externas e internas. As sucessivas leis de 1831, 1850 e 1854 (abolição do tráfico), 1871 (Ventre Livre) e 1885 (Sexagenário) só podem ser assim interpretadas. Apenas quando as fazendas de café escravocratas foram tornadas entieconômicas, os seus donos perderam a supremacia política e os escravos, desde 1886, fugiam em massa das fazendas, veio a lei Áurea, de 1888, reconhecer meramente a situação de fato. O Brasil foi, desta forma, um dos últimos países chamados civilizados a extinguir a escravatura.

Em virtude dêsses estratagemas pôde a região cafeeira, dos tempos imperiais, congregar, na década de 1880, mais da metade da população cativa do país.

No tôpo da pirâmide social estavam os grandes fazendeiros, hoje conhecidos genèricamente como "barões" do café. Para se fazer idéia do que representou essa nobreza rural na vida política e social do Brasil, basta dizer que, dentre quase mil títulos nobiliárquicos concedidos pelos imperadores, cêrca de um têrço foi constituído por cafèzistas, comissários e banqueiros ligados ao café.

[16] C. F. VAN D. LAËRNE, *op. cit.*, p. 80.
[17] C. FURTADO — *Formação Econômica do Brasil*, pp. 64-5. Edit. Fundo de Cult. S.A., Rio, 1959.
[18] LAËRNE, *op. cit.*, p. 80.

TAUNAY descreve em vívidas páginas, aqui resumidas, o bulício e o esplendor das fazendas de café, nos tempos da escravidão. Essas fazendas civilizaram o interior selvagem da província do Rio de Janeiro e da Zona da Mata mineira; do vale do Paraíba, do planalto cristalino e do norte da depressão periférica, em São Paulo.

Além dos cafèzais e dos solares, êsse interior foi rasgado de estradas por onde circulavam inúmeras tropas de muares e carruagens, às vêzes, ornadas de brazões.

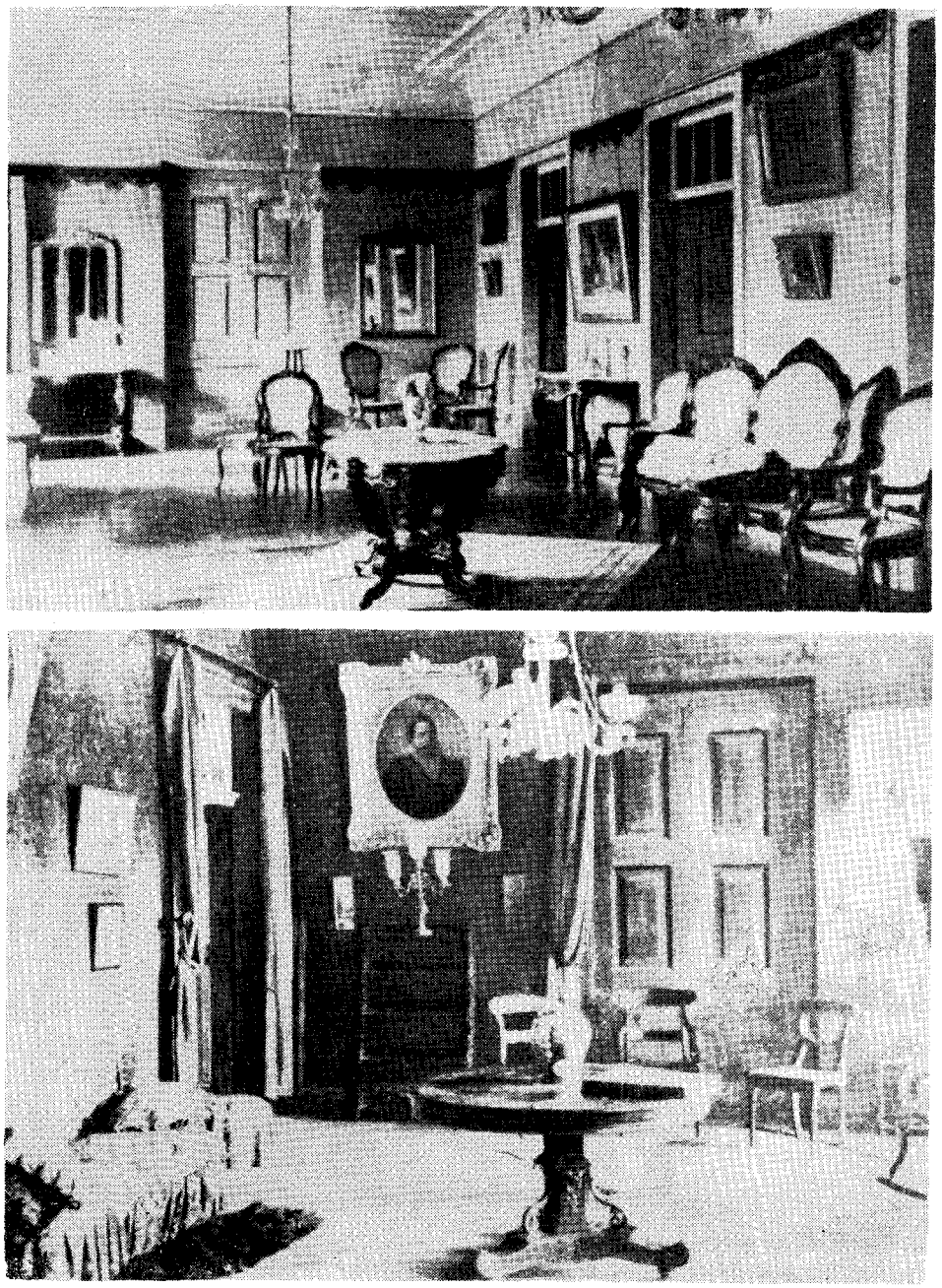


Fig. 10 — *Aspecto interior do solar do Paraíso, pertencente ao visconde do Rio Prêto, em Rio das Flôres (Rio de Janeiro)* (O Homem e a Serra, *p. 348, fig. 158*)

O interior dos casarões era guarnecido por objetos de luxo, quase todos de procedência européia (fig. 10). Móveis, cristais, tapeçarias, pratarias lavradas, porcelanas de Sèvres, com brasões, eram vendidas por mascates, na maioria judeus alsacianos, que transportavam suas mercadorias em lombo de burro, levando as miudezas em grandes malas. Também europeus eram os pintores, estucadores e, mais tarde, até os arquitetos das sedes das fazendas.

No comêço os fazendeiros de café ainda eram homens chucros, que deixavam misturar, dentro de suas suntuosas moradias, em promiscuidade clamorosa e ridícula, produtos da mais requintada arte da velha Europa, com manifestações artísticas — pinturas, objetos — tôscas e ingênuas da arte artesanal cabocla.

Mais para o fim do Império, a maioria dos senhores do café já tinha visitado a Europa e educado o seu senso estético. Passou então haver mais homogeneidade e mais refinamento na ornamentação interior dos seus casarões.

O fulgor desta civilização não se limitou à vida rural. As próprias sedes municipais ornaram-se com jardins, vivendas e palácios, quando existiam ricas fazendas de café nas suas proximidades. Assim se passou com Vassouras, Valença, Paraíba do Sul, Juiz de Fora, Nova Friburgo, Bananal, Pindamonhangaba, Jacareí, Campinas etc. (fig. 11).

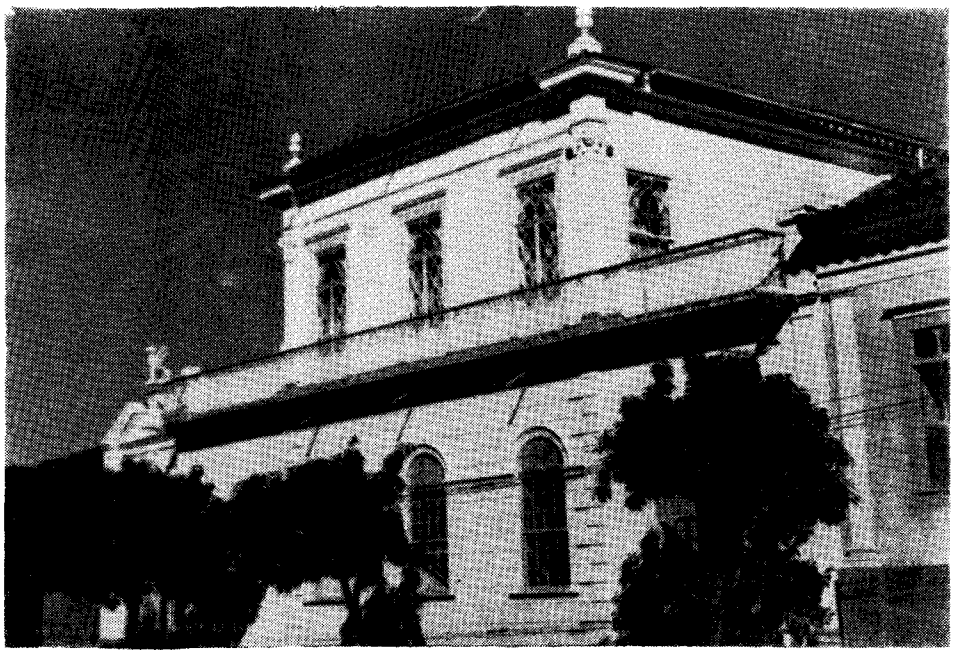


Fig. 11 — *Residência urbana de um "barão do café", em Vassouras.* (O Homem e a Serra, *p. 206, fig. 86*

Ao contrário do que dizem os compêndios, não foi só a presença da família real portuguêsa que concorreu para embelezar o Rio de Janeiro. A côrte civilizou-se, porque nela se concentrou riqueza, expressa em palácios e palacetes com mobiliário rico, empregados

envergando libré, carruagens luxuosas percorrendo as ruas, vida noturna nos teatros e nos bailes. E quem mais concorreu para isso foi a nobreza do café. Foi, portanto, o vale do Paraíba que deu lustro, vida econômica e social ao Rio de Janeiro, nos tempos da monarquia (fig. 12).

O vale do Paraíba tomou tal ascendência sôbre tôda a vida do Império que a êle chamavam apenas "o Vale".

Infelizmente, parte dessa nobreza rural foi perdendo os seus líderes, porque muitos dos seus descendentes, especialmente a partir da segunda geração, tornaram-se absenteistas; deixaram a fazenda entregue a um administrador, e foram viver no Rio ou em Paris.

A clássica fazenda de café era quase uma cidade em miniatura. Tinha, além das instalações específicas, já citadas, marcenaria, carpintaria, ferraria, alfaiataria, sapataria, etc. Excluindo a escravaria do eito, uma multidão de empregados e servos atendia às necessidades da casa. Eram cozinheiros e cozinheiras; um bando de mucamas, especializadas umas como boleiras, doceiras e biscoiteiras, cujas receitas eram guardadas no maior sigilo; outras eram amas sêcas. Havia as que traziam em jarros a água para os banhos de bacia, que eram tomados nos quartos, e as que serviam de manhã, também nos quartos, café com leite e guloseimas. As crioulinhas faziam costuras, serviços leves e areavam baciais. Boticários e enfermeiras, as quais eram também parteiras, zelavam pela saúde das pessoas livres e escravas. Semanalmente vinha o médico da cidade mais próxima inspecionar o serviço dêles e tratar dos casos mais difíceis. Os pagens acompanhavam o senhor nas viagens, tratavam dos animais e conservavam os arreios. A principal função dos moleques era a de distrair os sinhôzinhos. Nas reuniões, como não havia fósforos, quando algum cavalheiro desejava acender o charuto, o dono da casa dava um assovio característico, e lá vinha o moleque trazendo uma brasa numa colher ou chocalhando-a na mão, se era mais afoito. Havia chaveiros e, nas boas fazendas, até relojoeiros que eram, ao mesmo tempo, dentistas, barbeiros e aplicadores de bichas e ventosas.

As aulas para os sinhôs-moços eram dadas na fazenda, por professôres particulares, mas para as sinhàzinhas contratavam-se professôras, geralmente francesas, que ensinavam piano, canto, costura, dança e equitação.

Do pessoal da tropa, o chefe era o mestre-arreador, empregado categorizado, responsável por tôda a organização e funcionamento das tropas. A êle estavam diretamente subordinados os tropeiros que, nos intervalos das viagens, faziam cangalhas e bruacas. Os correeiros e seleiros faziam selins, lombilhos e selas lavradas.

Cada fazenda tinha organizada sua banda de música, composta de escravos, e os sacristãos, que ajudavam o vigário visitante na missa aos domingos, na capela da propriedade. Falavam um latim estropiado, que só encontrava paralelo no francês corrompido dos crioulos marcadores de quadrilha.

Fig. 12 — *Sege e cadeirinha usadas no Rio de Janeiro, no século XIX, como meio de transporte da nobreza e da alta burguesia (Chamberlain).* (O Homem e a Guanabara, *p. 313, fig. 180*)

Às vêzes, nas fazendas grandes, todo o pessoal ultrapassava um total de mil pessoas.

Eram numerosos os folguedos que encontravam as famílias dos fazendeiros e seus convidados. Para os homens organizavam-se pescarias no rio ou caçadas. Com êste fim, criavam nas fazendas cavalos de raça e cães geralmente especializados num gênero de caça: paqueiros, veadeiros, anteiros, perdigueiros... Mas havia ainda os que realizavam qualquer espécie de caçada, e se chamavam, por isso, "tudeiros".

As fazendas regorgitavam no seu esplendor, por ocasião das festas, quase sempre aniversários, casamentos ou batisados. Vinha gente de tôda parte: das vizinhanças, da cidade próxima ou mesmo do Rio. Como um grande número de convidados pernoitava na fazenda, organizavam-se "repúblicas" para rapazes e para môças, aproveitando salas e quartos vazios, ou espaço disponível nos armazéns de café. Nesses dormitórios improvisados, a troça se prolongava até alta madrugada.

Durante os preparativos, matavam reses, carneiros, leitões e capados. Era esta a grande ocasião de negócios para os mascates, que traziam as mais variadas encomendas: roupas, perfumes, jóias... Para os escravos vinham também roupas do Rio, inclusive vestidos para as crioulinhas.

Num país quase sem indústrias, quase tudo era importado: vinhos da Europa, manteiga da Dinamarca, bacalhau de Portugal e da Noruega. Até gêlo vinha dêsse país e dos Estados Unidos, coberto de sarragem, nos porões dos navios mercantes e assim era passado para o dorso dos muares, destinado a fazer sorvetes nas festas das fazendas.

No salão dançavam-se a valsa, a polca, a mazurca, o *schottisch* e a varsoviana, interrompidos em sua solenidade, de vez em quando, pelo saltitante miudinho nacional. No terreiro, ao redor de fogueiras, os negros bailavam o jongo, dança de origem africana, enquanto os caipiras preferiam o cateretê, a chiba, o arrasta-pé e o corta-jaca.

Era nessa oportunidade que brilhavam nos salões os jograis, indivíduos que não tinham outra profissão senão divertir os seus semelhantes. Eram uma versão moderna dos menestréis da Idade Média, análogos aos atuais cantadores do Nordeste. Cantavam, dançavam, contavam anedotas, imitavam animais para fazer rir à gurizada, comiam a valer e iam ficando na fazenda, até um dia tomarem rumo. Não raro, um dêles permanecia como agregado e acabava casando-se com uma cria da casa [19].

Os fazendeiros de café formaram uma classe mais rica, mais poderosa e mais refinada qua a dos senhores de engenho. A fama da opulência de alguns dêles repercute até hoje.

Uma dessas grandes fortunas era a do comendados JOAQUIM JOSÉ DE SOUZA BREVES. Possuía êle mais de vinte fazendas, situadas nos municípios de São João Marcos, Piraí e Rio Claro, nas quais colhia 200 a 300 000 arrôbas anuais de café. Em suas propriedades trabalhavam cêrca de 6 000 escravos. Foi, assim, o maior senhor de escravos do Brasil, em todos os tempos.

Mangaratiba era um pôrto quase todo seu. Entre o pôrto e suas fazendas circulavam diàriamente setenta diligências, além de incontáveis tropas de muares. Em Mangaratiba possuía BREVES também chácara, trapiches, cocheiras, armazéns e até um teatro, onde, para divertir a família, deu récitas JOÃO CAETANO, considerado ainda hoje o maior ator teatral brasileiro.

Como um complemento a Mangaratiba, BREVES tinha um pôrto negreiro particular em Marambaia, onde os "tumbeiros" que conseguiam ludibriar a vigilância dos inglêses desembarcavam a mão-de-obra que ia trabalhar em suas fazendas de serra acima.

BREVES cuidava dos escravos como quem trata cavalos. Aplicava-lhes princípios de zootecnia. Havia uns negrões forçudos, de bons dentes, cuja função era a de reprodutores. Eram levados de fazenda em fazenda do comendador para multiplicar o plantel de cativos.

Embora tenha sido, no seu tempo, o "rei do café", pois tinha a maior produção, BREVES era um homem simples, sem grandes requintes de cultura e sem veleidades aristocráticas. Contentou-se com uma comenda. A um pretenso genealogista, que ensaiou demonstrar a sua descendência de PEPINO, o BREVE quase mandou dar uma surra.

São Joaquim da Grama, perto de Passa Três, era o seu reduto principal, ricamente ornamentado com estatuetas, azulejos, obras de talha etc. (fig. 13). Olaria era cópia fiel do palácio do Podestá de Bréscia, executada por um arquiteto italiano (fig. 14); a fazenda Conceição era procurada por numerosos hóspedes do Rio, visto que possuía deze-

[19] A. E. TAUNAY, *op. cit.*, pp. 216-223.

nas de quartos; o solar de Confiança tornou-se famoso pelos seus jardins suspensos e pelas seteiras à moda medieval. Bela Aliança foi por êle doada à sua sobrinha quando desposou um nobre russo, e muitas outras fazendas formavam o imenso patrimônio dêste creso imperial.

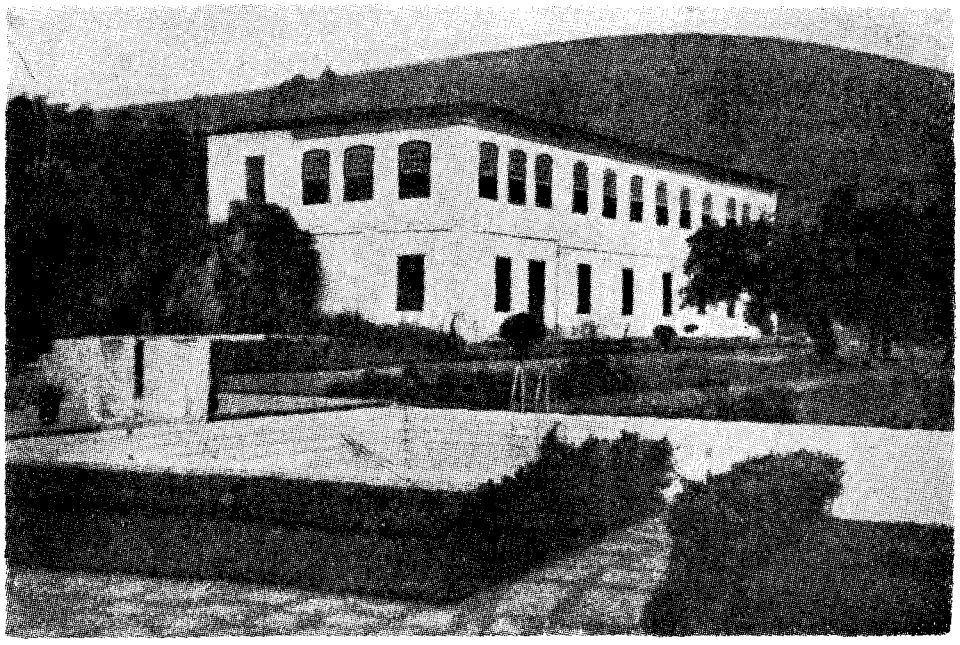


Fig. 13 — *Ala restaurada, correspondente à quarta parte daquilo que foi outrora o solar de São Joaquim da Grama, do comendador* BREVES, *em Passa Três.* (O Homem e a Serra, *p. 329, fig. 149*)

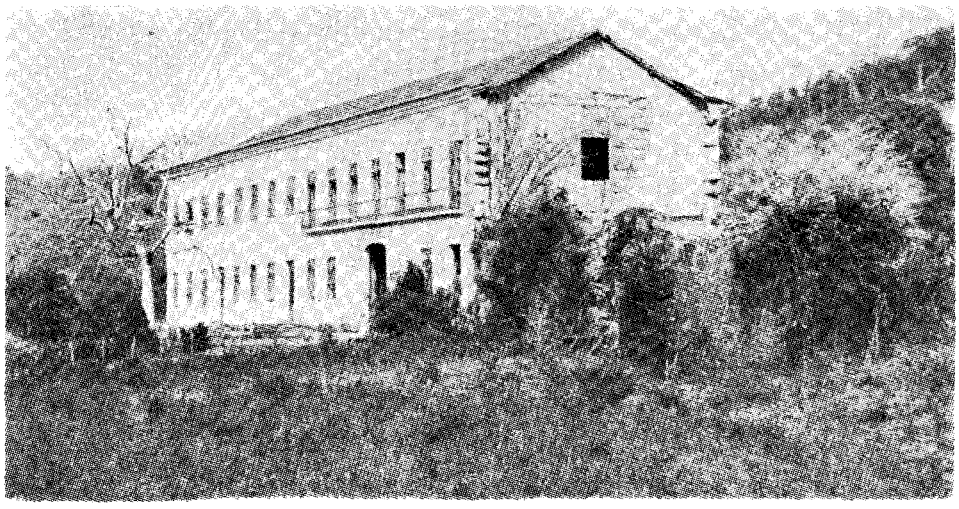


Fig. 14 — *O inacabado solar de Olaria, do comendador* BREVES, *em São Marcos, atualmente sob as águas da represa de Ribeirão das Lajes.* (O Homem e a Serra, *p. 331, fig. 153*)

O alicerce disso tudo era, porém, mais que o de nenhum outro, o trabalho escravo. A abolição trouxe-lhe o colapso financeiro. Morreu endividado. Dos seus monumentais solares, os que não foram submersos pela represa de Ribeirão das Lajes, tombam hoje quase todos em ruínas [20].

[20] A. R. LAMEGO, *O Homem e a Serra,* pp. 249-253.

Outro exemplo de fabulosa riqueza acumulada na sociedade escravocrata do café foi a de ANTÔNIO CLEMENTE PINTO e seus filhos. Desiludindo-se da mineração de ouro, que o atraía para os sertões de Cantagalo, voltou-se êle para a lavoura, requerendo sesmaria entre aquêle então arraial de Nova Friburgo, onde abriu fazendas. Tanto progresso trouxe CLEMENTE PINTO à região que o imperador agraciou-o com o título de barão de Nova Friburgo, com grandeza.

O que distingue os CLEMENTE PINTO dos BREVES é a mentalidade muito mais progressista daqueles e o seu superior polimento cultural.

No período de 1858 a 1865, construiu o 1.º barão de Nova Friburgo, por 8 000 contos de réis, uma residência no Rio de Janeiro, que foi o palácio do Catete (fig. 15). Lá se realizaram bailes memoráveis, que fizeram época na socidedade carioca do tempo do Império. Lá, também, morreu o seu realizador, em 1869. No ano de 1894, o govêrno republicano adquiriu por 3 000 contos o monumental palácio, transformando-o na sede do govêrno, até a recente transferência da Capital para Brasília (1960).

Fig. 15 — *Aspecto atual do palácio do Catete, antiga residência urbana do barão de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro*

Outra obra notável do velho barão foi o solar do Gavião, perto de Cantagalo, para junto do qual pretendia êle transferir a sede do município. Infelizmente, a construção não chegou a ser terminada, mas o projeto previa uma residência com 70 quartos. Operários portuguêses e pintores italianos lá deixaram vestígios grandiosos do seu trabalho, representados por colunas de granito, escadas de mármore de

Carrara, pinturas a óleo no teto da capela, remanescentes que ainda se erguem hoje no meio dos pastos.

Como realização econômica, entretanto, nada se compara com a estrada de ferro que êle construiu em 1867, ligando suas fazendas de Gavião, Boa Sorte e Laranjeiras, com uma extensão de cêrca de 80 quilômetros. Revolucionava êle o primitivo sistema de transportes, ao mesmo tempo que as comunicações, pois suas fazendas tinham entre si ligações telegráficas.

Prosseguiram os dois filhos do barão as grandiosas realizações do pai, regindo sua fortuna em condomínio. BERNARDO CLEMENTE PINTO, que alcançou o título de conde de Nova Friburgo, dedicava-se às atividades agrícolas e industriais, bem como prosseguia a construção da Estrada de Ferro de Cantagalo. Seu irmão, homônimo do pai, foi intitulado conde de São Clemente e dirigia a parte comercial.

De 1872 a 1883 durou a construção da ferrovia, desde Cachoeiras de Macacu até Nova Friburgo, galgando a Serra do Mar. Para vencer o considerável desnível, que partia de menos de 100 metros para alcançar 1 104 sôbre o nível do mar, fêz-se uma linha de cremalheira.

Em 1876 terminou-se a ligação da Nova Frigurgo-Macacu, projetada para ser a linha-tronco.

A Estrada de Ferro Leopoldina comprou todo o acervo em 1887, incorporando-o à sua rêde, que pouco mais tarde foi adquirida por um sindicato inglês.

Em outras iniciativas, menores manifestou sempre espírito inovador o Conde de Nova Friburgo: seleção de raças de gado, em Cantagalo; introdução da variedade chamada "café Java", e libertação simultânea, de 1 300 escravos, em 1888, antes mesmo de aprovada a lei Áurea [21].

Certamente, nenhum outro "barão do café" igualou o comendador BREVES e os CLEMENTE PINTO na opulência, mas inúmeros outros nada lhes ficaram a dever em espírito empreendedor e como portadores de cultura e civilização. Tais as famílias TEIXEIRA LEITE, FARO, OLIVEIRA ROXO, LACERDA WERNECK e outras mais. As cidades do "Vale" conheceram manifestações legítimas da arte ocidental: companhias italianas de óperas, vindas ao Rio, deram espetáculos em Vassouras; em 1869, GOTTSCHALK deu recital em Valença [22].

A pirâmide social do vale do Paraíba era defeituosa, mas não incompleta. Entre a massa trabalhadora dos escravos e a cúpula, representada pelos senhores, os grandes fazendeiros, havia uma classe média, se bem que pouco expressiva. A ela pertenciam os pequenos comerciantes das cidades da região, porém no meio rural compreendia os pequenos proprietários, sitiantes de café, que viviam totalmente na órbita do grande fazendeiro. A êles assim se refere LAËRNE "Nos sítios e fazendolas, ao redor das grandes fazendas, encontraram-se naturalmente estabelecimentos primitivos. As construções são miseráveis

[21] A. R. LAMEGO, *op. cit.*, pp. 278-287.
[22] *Id., ibid.*, pp. 121 e 129.

habitações de barro (casas de sopapo), cobertas de sapê ou de telhas de madeira bruta. Os seus terreiros *nunca* são cimentados. Nelas não se encontram, além disso, máquinas, sendo o produto beneficiado pelo fazendeiro [23].

Evidentemente, o café que êles produziam era de ínfima qualidade.

Chama a atenção, na parte fluminense do médio Paraíba, a série numerosa de núcleos urbanos do tipo *Strassendörf* (agrupamento linear, ao longo de uma rua): Barra Mansa, Paraíba do Sul-Salutáris, Bemposta, Sapucaia e São Sebastião do Alto. O mesmo se poderá dizer da Zona da Mata mineira: Além Paraíba, Bicas, Matias Barbosa e Mercês são exemplo disso (fig. 16). Já na parte paulista do vale os *Strassendörfer* são mais raros.

A explicação simplista da freqüência dêste tipo de traçado urbano baseada puramente no relêvo acidentado não satisfaz. Além disso, as elevações nas circunvizinhanças de vários dêsses núcleos não eram por demais ríspidas para impedir-lhes o desenvolvimento espacial.

As cidades da região das minas fugiram a êsse traçado, embora o relêvo lá fôsse muito mais enérgico.

As fazendas de café eram, tanto quanto possível, auto-suficientes no que diz respeito a produtos alimentares; mas uma larga porção de produtos industriais tinha de ser comprada fora: sal, tecidos, objetos de metal, querosene, cordas etc. Certamente muitas fazendas possuiam vendas, mas havia necessidade de um centro regional de abastecimento, que servisse também aos sitiantes. Nestes centros, a função comercial era a mais importante. Eram, por conseguinte, *Stadtplätze.*

Ora, para o comércio o fator transporte é vital, pois aquêle depende sobretudo das trocas. Iam assim surgindo as lojas ao longo da estrada gerando um *Strassendörf* [24]..

Atualmente, várias cidades do vale do Paraíba criaram outras funções, complicando, em conseqüência, o padrão linear inicial. Estão nesse caso Cantagalo, Cambuci, Itaocara, no estado do Rio; Bananal e Areias, em São Paulo; Juiz de Fora, Mar de Espanha e Rio Prêto, em Minas. Ainda se pode entretanto, discernir, na planta de cada uma, a rua primitiva que lhe deu origem.

Outras cidades resultaram de um patrimônio de terras, doado à Igreja por um ou mais fazendeiros, para nêle se erguer uma igreja ou capela. O patrimônio tem dimensões estabelecidas, que são suficientes para se abrir uma praça com casas em volta. O templo fica geralmente fora do centro, mais próximo do meio de um dos lados, mas voltado para a praça, em posição proeminente. Completam o centro social o cartório, o clube, o colégio, o hospital, até mesmo a praça. Diz P. DEFFONTAINES: "A praça serve de ponto de parada, onde as pessoas se divertem olhando, não ficando mais solitárias; ... as casas que cer-

[23] C. F. VAN DELDEN LAËRNE, *op. cit.*, p. 243.
[24] O. VALVERDE — "Estudo Regional da Zona da Mata, de Minas Gerais". *Rev. Bras. Geog.*, XX, n.º 1, jan.-mar. 1958, pp. 64-65.

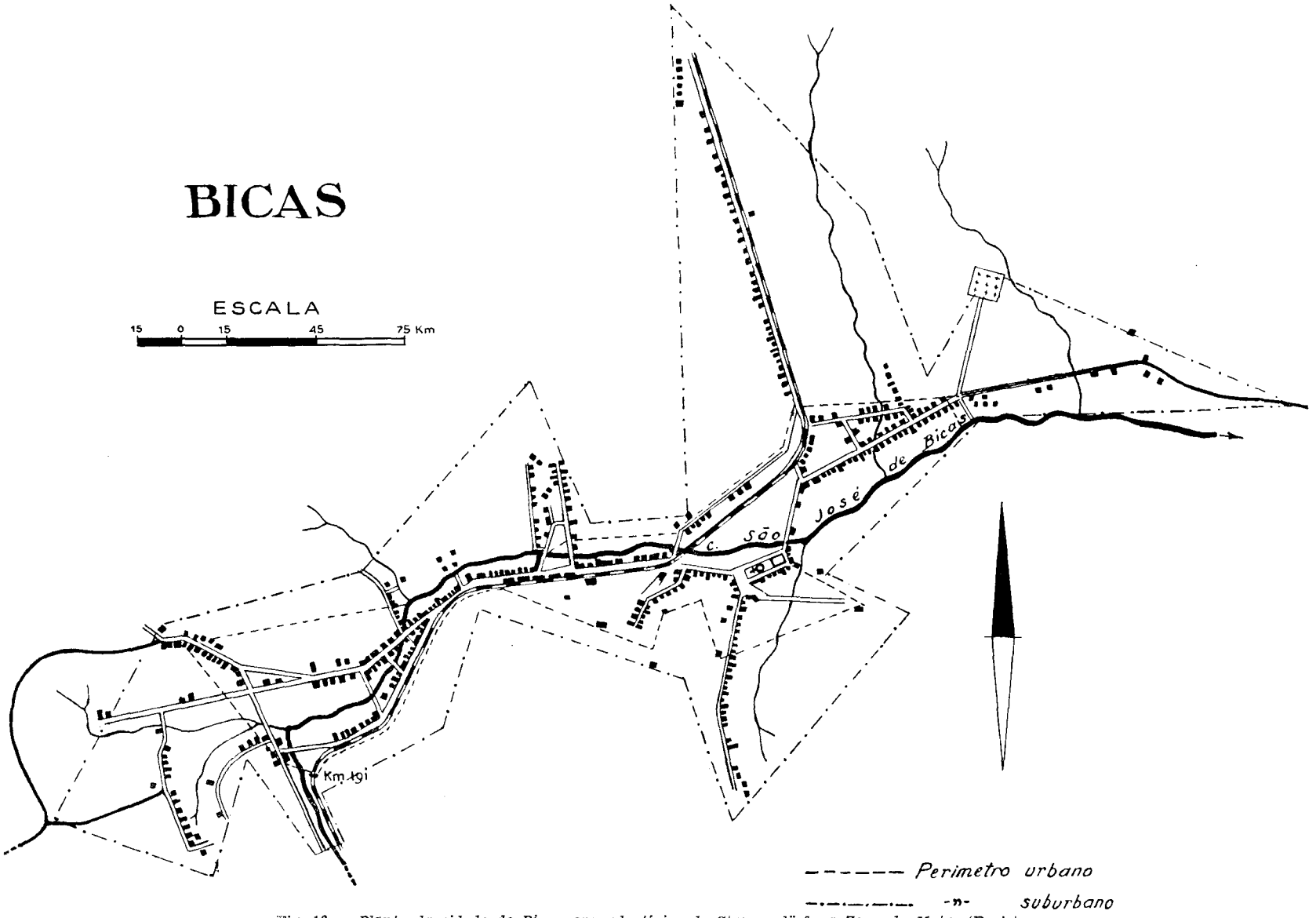


Fig. 16 — *Planta da cidade de Biças, exemplo típico de* Strassendörf *na Zona da Mata.* (Revista Brasileira de Geografia, *XX, n. 1, p. 65*)

cam a praça procuram ser luxuosas, elas fazem parte da parada; não são casas mas palacetes, foram construídas pelos principais fazendeiros das cercanias, porque é um luxo ter-se fachada para a praça.

"Às vêzes a cidade não tem vida senão nos dias de missa, nos domingos, durante as festas e sobretudo durante a novena do santo padroeiro da aglomeração; durante a semana, a cidade fica vazia, quase tôdas as casas estão fechadas, os habitantes retornaram para as suas fazendas" [25].

Êsse tipo de cidade-praça identifica-se em São Fidélis, no estado do Rio, bem como em Pirapetinga e Eugenópolis (ex-São Manuel), em Minas (fig. 17).

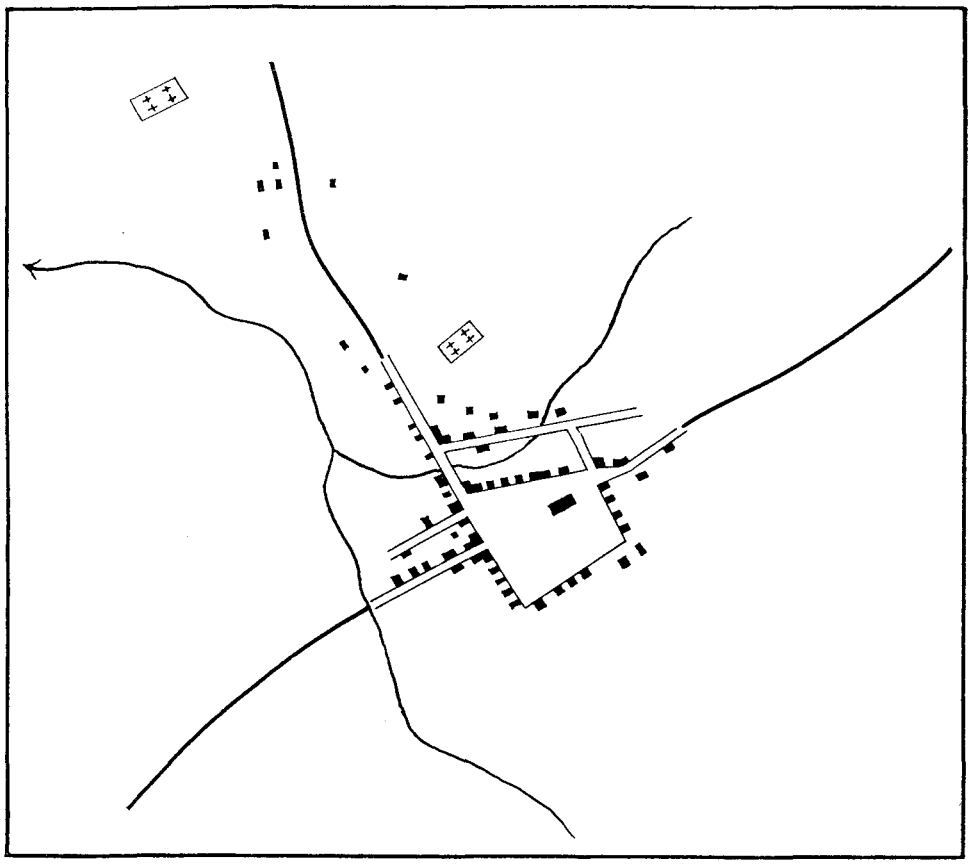


Fig. 17 — *Planta da sede do distrito de Chiador, no município de Mar de Espanha. Exemplo típico de cidade-praça.* (Revista Brasileira de Geografia, *XX, n. 1, p. 70*)

Rio das Flôres combina a praça com o tipo linear de rua.

As cidades do médio Paraíba paulista têm, em geral, características diferentes, não tanto por causa do relêvo mais suave da bacia sedimentar que aí existe, mas porque nasceram antes do surto do café, como pousos de diligências e tropas que circulavam entre São Paulo e o Rio. Estão, por isso, espaçadas em distâncias regulares.

[25] P. Deffontaines — "Como se Constituiu no Brasil a Rêde de Cidades" — *Bol. Geogr.*, ano II, n.º 15, jun. 1944, pp. 299-300.

A grande quantidade de mão-de-obra exigida pelo café era devida à complexidade dos seus tratos culturais, que serão, a seguir, descritos, tal como eram praticados no vale do Paraíba, de acôrdo com os testemunhos de LAËRNE e TAUNAY.

Uma vez obtidas as sementes de café, eram estas plantadas em viveiros, em pequenos punhados de 3 a 6 unidades, bem próximos uns dos outros.

O viveiro era uma mata limpa do sub-bosque, em que as condições naturais do café são mais ou menos reproduzidas. Em outros casos, o viveiro era uma área completamente despida de árvores. Em qualquer hipótese, porém, as sementes em germinação ou as mudinhas novas eram regadas com freqüência, a fim de se manter sempre certa umidade no solo.

Depois da época da colheita, quer dizer, no início da estação chuvosa, faz-se o transplante das mudas para as covas, no cafèzal definitivo.

O coveamento nas áreas novas, recentemente conquistadas à mata, era feito logo após a derrubada e a queimada, que se efetuavam durante a estiagem. A fim de proteger contra a insolação excessiva, cobria-se cada plantinha ainda nova com uma armação de madeira, denominada "arapuca".

No mapa da figura 7 nota-se que a principal região cafeeira do Brasil no século passado subdividia-se em duas partes: a maior compreendia o vale do Paraíba e a Zona da Mata de Minas Gerais; chamava-se "zona do Rio", porque exportava sua produção por êsse pôrto. A segunda abrangia o planalto paulista, a partir das imediações de Campinas, e escoava por Santos as suas colheitas, chamando-se por isso "zona de Santos".

Na zona do Rio, o cafèzal era plantado deixando um espaço de 12 palmos (2,64 metros) entre os arbustos de cada fileira e um intervalo de 14 palmos (3,08 metros) entre as fileiras. Na zona de Santos, o espaçamento era maior, correspondendo a uma distância de 15 palmos (3,30 metros) em quadro.

No terrenos declivosos do médio Paraíba, o fator exposição desempenhava, segundo LAËRNE, papel importante. Entre 130 e 300 metros de altitude devia-se preferir plantar os cafèzais nas encostas noruegas, mais protegidas do ardor solar. De uns 450 a 500 metros para cima, eram preferidas, no entanto, as encostas soalheiras. Talvez fôsse êsse o limite aproximado entre a "tierra caliente" e a "tierra templada".

Conforme o autor citado, nos cafèzais de Minas e São Paulo a exposição não teria tanto significado, porque estavam mais distantes do mar.

Em ambas as zonas os cafèzais eram plantados seguindo a linha de maior declive. Isto, porém, tinha conseqüências particularmente ruinosas no vale do Paraíba e na Zona da Mata, por causa das inclinações dos terrenos. Relata LAËRNE ter visto pés de café cultivados em

ladeiras de 55 e até 60º! É possível que haja algum exagêro nessa afirmativa, mas o autor já mediu declives de mais de 30º em cafèzais desta mesma região[26].

A erosão trabalhava, portanto, com intensidade; especialmente a erosão do lençol. Daí resultava que, entre os 15 e 18 anos de idade, os cafeeiros começavam a se ressentir, em virtude de ficarem suas raízes capilares superiores expostas ao ar.

Nos períodos entre as colheitas, faziam-se as capinas; tantas quantas necessárias, para extirpar as ervas daninhas.

No final da estação chuvosa, em maio, fazia-se a "varrição", antes de principiar a colheita. Este serviço consistia em remover a folhagem e o lixo debaixo dos pés de café para o meio das aléias do cafèzal, a fim de facilitar a apanha dos grãos, durante a safra.

Nas duas zonas fazia-se a colheita no período de maio a setembro, correspondente à estação sêca. O auge dessa operação verifica-se no mês de julho.

Apesar do exército de escravos e da mobilização de todos os empregados disponíveis, a colheita do café sempre foi um problema no Brasil, devido ao imenso volume da produção. A apanha dos frutos é feita, entre nós, por um processo que tanto tem de expedito, como de primitivo — a "derriça": segura-se a extremidade do ramo com a mão esquerda e corre-se a direita pelo galho abaixo. Ao mesmo tempo que se arranca os frutos com o polegar e o indicador, procura-se apará-los na palma da mão, em concha.

Esta operação é irracional, porque, junto com as "cerejas" (frutos maduros), vêm grãos verdes, outros chôchos, fôlhas e gravetos.

Para se recolher os frutos caídos havia duas técnicas. Na zona do Rio, os grãos caídos no chão eram simplesmente varridos com uma vassoura feita de ramos secos e recolhidos em um carro de bois ou cargueiro, que os despejava com tôdas as impurezas (pedras, terra, torrões etc.) num tanque, donde era levado ao terreiro por valetas com água. É a chamada "colheita da terra".

Na zona de Santos, além dêsse processo, empregava-se outro menos rústico. Estendiam-se panos de algodão grosseiro ou lona sob o cafeeiro para recolher os frutos caídos. Tudo era igual. Chamava-se "colheita do lençol".

A altura média dos pés de café parecia variar de uma zona para outra. LAËRNE avaliou em 8 a 12 palmos (1,76 a 2,64 metros) a altura dos cafeeiros adultos na zona do Rio, e em 10 a 16 palmos (2,20 a 3,52 metros), na zona de Santos.

Também a duração econômica dos cafèzais varia de uma para outra área. O escritor batavo calculou essa duração em 18 a 20 anos, no Espírito Santo (o que confere, aliás, com as observações atuais de campos feitas pelo autor); 25 a 30 anos, no Rio de Janeiro, e 30 a 35 em São Paulo.

[26] O. VALVERDE, *op. cit.*, p. 44.

O café não pode ser entregue ao consumo tal qual é produzido. Os grãos precisam ser libertados dos seus envoltórios, por meio de um conjunto de técnicas ao qual se dá o nome de "beneficiamento". Essas técnicas evoluíram no decorrer do tempo.

Para compreender as diversas fases do beneficiamento, torna-se necessário conhecer todos os envoltórios que, com os grãos, compõem o fruto (fig. 18): o externo chama-se *pôlpa*; seu lado interior é tenro, contendo um líquido que se enriquece de glucose quando o fruto amadurece — é o *tegumento*; por dentro dêste, o *pergaminho* forma uma camada relativamente dura e transparente, envolvendo cada um dos grãos, que se assemelham a dois cotilédones; entre o pergaminho e o grão, um último envoltório denomina-se *película prateada*, pela sua côr e sua tênue espessura.

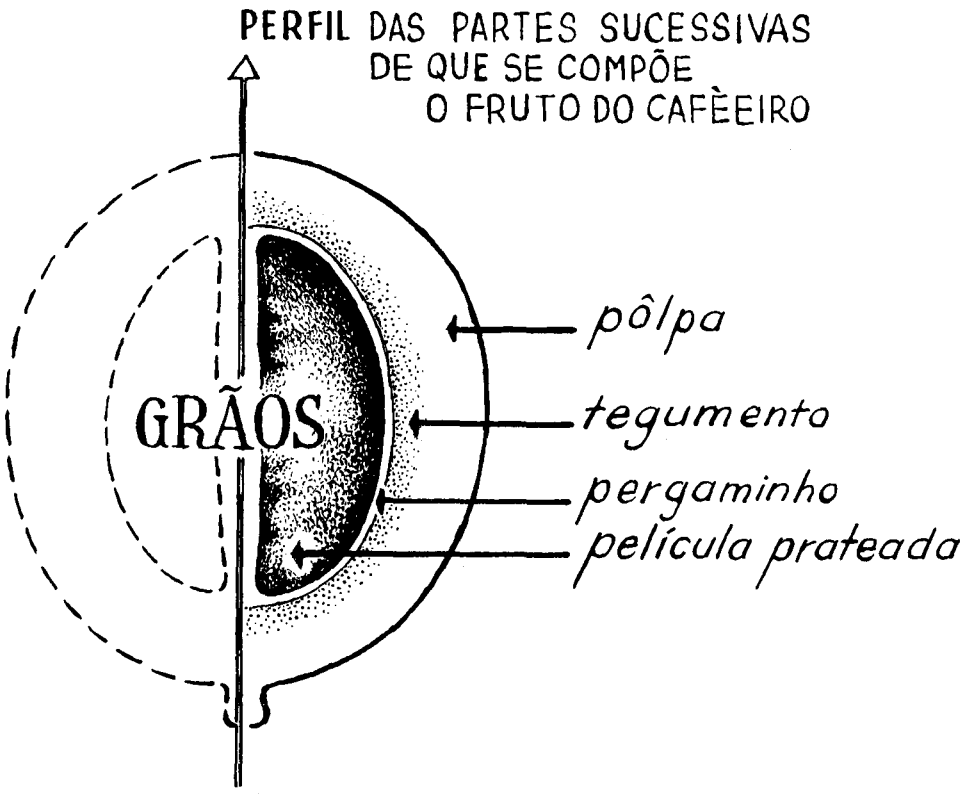


Fig. 18 — *Perfil das partes sucessivas de que se compõe o fruto do cafeeiro*

O processo de beneficiamento é o elemento que mais influi na qualidade final do produto, isto é, na classificação comercial do café, enfim.

Nos velhos tempos em que se cultivava café nos arredores da cidade do Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense adotavam-se técnicas de beneficiamento muito primitivas e de rendimento muito baixo. Por isso, os cafèzais eram pequenos.

O processo mais primitivo empregava o pilão manual. O trabalhador, após secar no terreiro os frutos do café, ia-os colocando, aos

punhados, no recipiente do pilão. Os envoltórios eram removidos por esmagamento parcial.

Ainda muito no início, um aperfeiçoaimento foi introduzido com o monjolo, rústico aparelho de origem africana, movido a água, cujo pêso ergue a mão do pilão, o que *ipso facto,* despeja a água e faz cair a haste percursora. A mão do monjolo não encosta na parte mais funda do recipiente, a fim de evitar que os grãos sejam esmagados, em vez de descascados. Além disso, o recipiente é bem mais largo que a mão de pilão, de modo que, a cada pancada desta, os grãos que estavam no meio vão passando gradualmente para a periferia, e vice-versa.

Quando o café subiu para o vale do Paraíba e arredores de Campinas, êsses processos excessivamente rotineiros estavam relegados para os produtores muito pequenos.

Já se tinham então inventado os pilões mecânicos. Um dêles tinha o nome de "monjolo de rabo". Correspondia a uma série de monjolos, colocados radialmente, e que um dispositivo semelhante ao de um engenho de almanjarra, tocado a boi, cavalo ou muar, ia sucessivamente levantando e deixando sair. Êste aparelho descascava 20 a 30 arrôbas de café por dia [27].

Outro aparelho divulgado no Brasil aí pela década de 1830 era o chamado de "ripes" "ribas" ou "carretão", oriundo da América Central. Consistia em duas grandes rodas de madeira que corriam em um côcho circular, ao redor de um eixo vertical, tocadas por juntas de bois. Tal como os monjolos, também as rodas não chegavam ao fundo do côcho, a fim de não esmagar os grãos de café.

Outro aperfeiçoamento foi feito nesse aparelho com as denominadas "mós verticais" ou "carretão de roda de baixo", que, em lugar da fôrça animal, utilizava a hidráulica (roda d'água).

Escreve TAUNAY que, mais tarde, foi também introduzido o "engenho de pilões", semelhante ao empregado na mineração do ouro [28].

O fato é que, ao chegar o período áureo das fazendas de café escravocratas, em meados do século passado, todos êsses processos rotineiros de beneficiamento estavam proscritos nas grandes propriedades cafeeiras. Nelas estava generalizado o *processo úmido,* não como o adotado nas Índias Ocidentais, mas simplificado, segundo técnica peculiar do vale do Paraíba, a qual é ainda hoje empregada, em suas linhas gerais, na Zona da Mata mineira (fig. 19).

Colhido o café, êle é levado em carros de boi e despejado, com suas impurezas, num tanque. Todo êsse processo inicial de lavagem baseia-se nas diferenças de densidades. As impurezas leves — fôlhas, gravetos, frutos secos e chochos (com sementes atrofiadas ou sem elas) — flutuam; os frutos maduros, chamados "cerejas", os verdes, a terra, torrões e pedrinhas vão para o fundo.

[27] A. LALIÈRE — *Le Café dans l'État de Saint Paul,* p. 198.
[28] A. E. TAUNAY, *op. cit.,* p. 47.

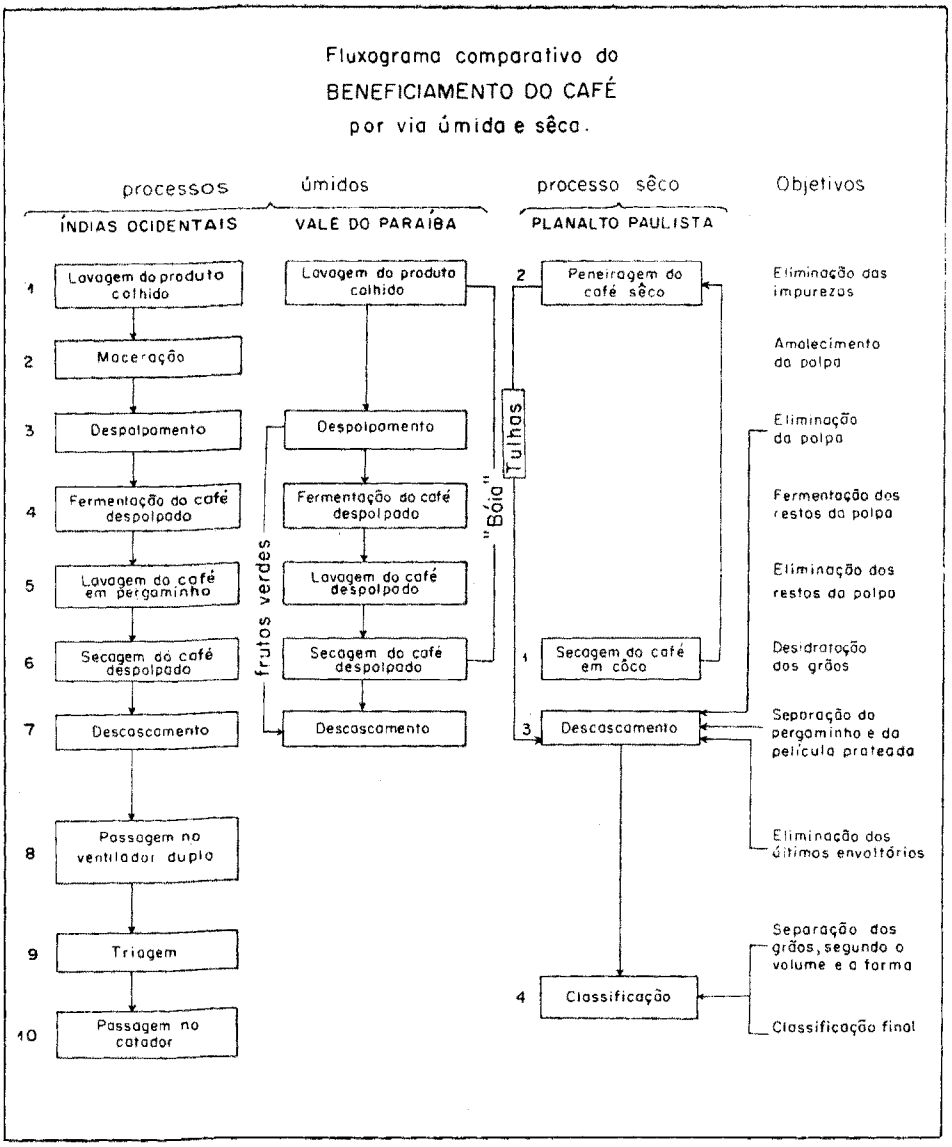


Fig. 19 — *Fluxograma comparativo dos processos de beneficiamento do café*

Após a remoção das fôlhas e gravetos, o café desce por uma vala com água, onde há uma série de quedas pequenas e "armadilhas" para separá-los das impurezas pesadas. No fim desta vala, o café chega a um tanque, onde os frutos maduros e verdes pousam, denominando-se, por isso, "fundo", enquanto os secos e chochos flutuam, constituindo o "bóia". Êste é encaminhado para o terreiro, ao passo que o "fundo" vai para o despolpador, aparelho que faz a separação mecânica da polpa e das sementes, por uma ligeira compressão, como se estivesse apertando o fruto entre o indicador e o polegar. Aí é necessário ter cuidado para não ofender o pergaminho, pois isto faria baixar de muito a qualidade do café.

Ao sair do despolpador, o café em pergaminho passa por uma grelha, que retém a polpa e os frutos verdes. Êstes últimos são conduzidos ao terreiro para secar.

O café despolpado era imerso num tanque, cuja água era, em seguida, escoada. O café molhado inicia um processo de fermentação dos restos de polpa ainda aderente ao pergaminho, que se prolongava até 24 horas, segundo o parecer do fazendeiro.

Terminada a fermentação, vai o café para o terreiro, para a secagem. Esta fase é a mais delicada do beneficiamento. Nas fazendas boas, o terreiro é sempre pavimentado. Aí o café, seja o sêco, o verde ou o despolpado, completa a sua secagem, ao sol, em vários dias, formando uma camada de grãos de cêrca de 8 centímetros. No decorrer de cada dia, o café é revirado no terreiro, com rodos, diversas vêzes, e ao cair da tarde, ou antes de algum temporal, era reunido em montes com rodos grandes, puxados por dois homens, e cobertos com palhões de sapé, em duas ou três camadas, a fim de protegê-lo do orvalho ou da chuva. Na "zona de Santos", na falta de sapé, usavam lonas ou encerados.

De manhã, o café é espalhado de nôvo no terreiro, sòmente quando o sol já vai alto e o chão está portanto bem sêco.

Terminada a secagem, o grão se desidratou e diminuiu de volume; a película prateada aderiu à parede interna do pergaminho, deixando a semente chocalhar dentro dêle.

O café passa então ao descascador, que remove mecânicamente os dois últimos envoltórios.

Sêco e liberto de todos os seus envoltórios, o café pode aguardar nas tulhas, armazéns limpos e arejados, o momento oportuno para ser ensacado e vendido.

O beneficiamento do café no vale do Paraíba, e como é feito ainda hoje na zona da Mata, tinha características próprias. Conquanto fôsse processado por via úmida, diferia bastante do sistema empregado nas Índias Ocidentais, conforme se pode deduzir do fluxograma da figura 19. Era mais simplificado.

Sôbre o resultado desta técnica, TAUNAY evoca o testemunho do DR. AFONSO RENDU, em livro escrito em 1945: "Achou o café fluminense de muito mau gôsto: criticou a apanha simultânea dos grãos verdes e maduros. A colheita pelo braço escravo era a mais defeituosa. Havia a maior relutância, por parte dos fazendeiros, em aceitar os melhoramentos indicados pelo progresso. Eram verdadeiros misoneístas" [29].

Com grande decepção, também LAËRNE registra o atraso e a má qualidade da produção de café do Brasil, "país da cultura *particular*". Nem 1/6 da colheita chegava ao mercado preparado à ocidental, isto é, "café despolpado". Em outras palavras, pouco era o café que seguia

[29] A. E. TAUNAY, *op. cit.*, p. 111.

Fig. 20 — *Tropas de muares transportando café, cruzando um rio a vau, em plena mata.* (DEBRET — O Homem e a Serra, *p. 146, fig. 57*)

o caminho reto, completo, normal do fluxograma (figura 11); quase tudo era "café terreiro". Reconhece, porém, o citado autor que "era na zona do Rio onde se cuidava mais da preparação do café" [30].

A causa fundamental da má qualidade do café de nossas fazendas escravagistas estava na colheita pela derriça. Como produzir café bom e uniforme com frutos de qualidade tão heterogênea?

Outros traços típicos do beneficiamento do café nas fazendas do vale do Paraíba eram: a exigência de água em abundância, processamento longo e requerendo muito mão-de-obra, justamente quando a colheita imobilizava a grande massa de escravos.

A partir da lei do Ventre Livre, os fazendeiros acolhiam de braços abertos as máquinas de beneficiamento recém-inventadas: os despolpadores RIDGERWOOD, HARGREAVES, MAC HARDY etc. "Quanto menos escravos na fábrica, tanto mais na plantação e na colheita" [31].

Combinando com o primitivismo do sistema de exploração e das relações de trabalho estava o sistema de transportes. Todo o café produzido do vale do Paraíba, assim como o da Zona da Mata mineira e dos arredores de Campinas, era conduzido, a princípio, por tropas de muares até os portos costeiros (fig. 20). "Em 1850" — escreve LAMEGO — "antes da construção da nossa primeira ferrovia, — a Mauá — a exportação da Guanabara que então centralizava o nosso comércio de café, foi de cêrca de 10 000 000 de arrôbas, carga equivalente a de 1 250 000 burros e 8 arrôbas por animal. Embora não fôsse necessário tão grande número de muares, devido à repetição das viagens, pode-se entretanto estimar como deveria ser intenso o comércio nas estradas serranas. Em idas e vindas entre a Serra e o pôrto da Estrêla chegaram a trafegar anualmente pelo caminho de Petrópolis cêrca de 100 000 burros, o que explica o desenvolvimento da indústria de ferraduras como principal fonte de rendas da fazenda do padre CORREIA, na localidade de Correias" [32].

[30] LAËRNE, *op. cit.*, p. 273.
[31] *Id.*, p. 278.
[32] A. R. LAMEGO, *op. cit.*, pp. 112-3.

Esta organização arcaica dos transportes foi plena de conseqüências geográficas.

Os muares provinham do Rio Grande do Sul e do Rio da Prata, donde marchavam em longas viagens, através do "Caminho do Sul" ou "do sertão do Viamão", até a feira de Sorocaba. Êste comércio de animais, já organizado no século XVIII para prover de meios de transporte a região das Minas Gerais, identificou-se com o surto do café. Êle concorreu para vincular econômica e polìticamente o Sul ao Sudeste do Brasil.

Sobretudo para transportar sua produção de café até o litoral, sòmente a província de Minas Gerais importou, no decênio terminado em 1862, 150 000 bestas de carga [33].

Nas épocas da safra de café especialmente, nas estradas que cruzavam a serra do Mar formigavam as tropas, subindo e descendo. As viagens, em cada sentido não se faziam numa só jornada. Fundaram-se os pousos para o pernoite dos animais e dos tropeiros. Embora com instalações precárias, exigiam os pousos um mínimo de organização: abrigo para os homens, que variavam desde uma simples coberta até uma estalagem; "mangas" ou potreiros para guardar os animais; roças de milho, feijão, mandioca, etc., assim como pequena criação (porcos, galinhas), para abastecimento local. Em breve, juntavam-se ao pouso um pequeno comércio, constituído de vendas, ferradores, seleiros etc., a casas de moradia. Estava formado o núcleo original de um centro comercial (*Stadplatz*). Muitas cidades assim surgiram.

Os caminhos das tropas de café, transposta a serra, procuravam os portos mais próximos, porque o transporte por via líquida era mais barato que o terrestre. Formou-se, assim, no recôncavo da Guanabara, um rosário de pequeninos portos fluviais, instalados quase todos no limite da navegação de embarcações pequenas, que transportavam o café, daí até o Rio de Janeiro. Êsses portos eram, portanto, típicos centros de baldeação (*Umschlagplätze*): Pôrto das Caixas, Itambi, Magé, Suruí, Estrêla, Pilar, Iguaçu... (fig. 21).

Nas baías de Ilha Grande e Sepetiba, a serra do Mar descai abrupta sôbre a costa, por isso os portos cafeeiros eram todos marítimos: Mangaratiba, Jacuecanga, Angra dos Reis, Jurumirim, Mambucaba, e Parati.

Condição semelhante encontra-se no litoral norte paulista, onde também eram marítimos os pequenos portos de café de Ubatuba e Caraguatatuba.

Abolido em 1850 o tráfico negreiro, grande massa dos capitais nêle investido foi transferida para outros empreendimentos econômicos. Fortemente vinculada ao café estava a construção das primeiras estradas de ferro no Brasil, cuja iniciativa coube primordialmente ao barão de Mauá, IRINEU EVANGELISTA DE SOUZA. O primeiro trecho ferroviário foi inaugurado em 1854, e ligava o pôrto de Mauá à Raiz da

[33] A. E. TAUNAY, *op. cit.*, p. 63.

Serra de Petrópolis, numa extensão de 14,5 quilômetros. Dois anos depois, começavam a circular os primeiros trens da E. F. D. Pedro II (atual Central do Brasil), entre o Rio e Belém, os quais chegaram a Barra do Piraí em 1864. Pela primeira vez os trilhos venciam o obstáculo da serra do Mar e, atingindo o vale do Paraíba, com seu suave gradiente, tinham facilitada sua penetração em direção a São Paulo e Minas.

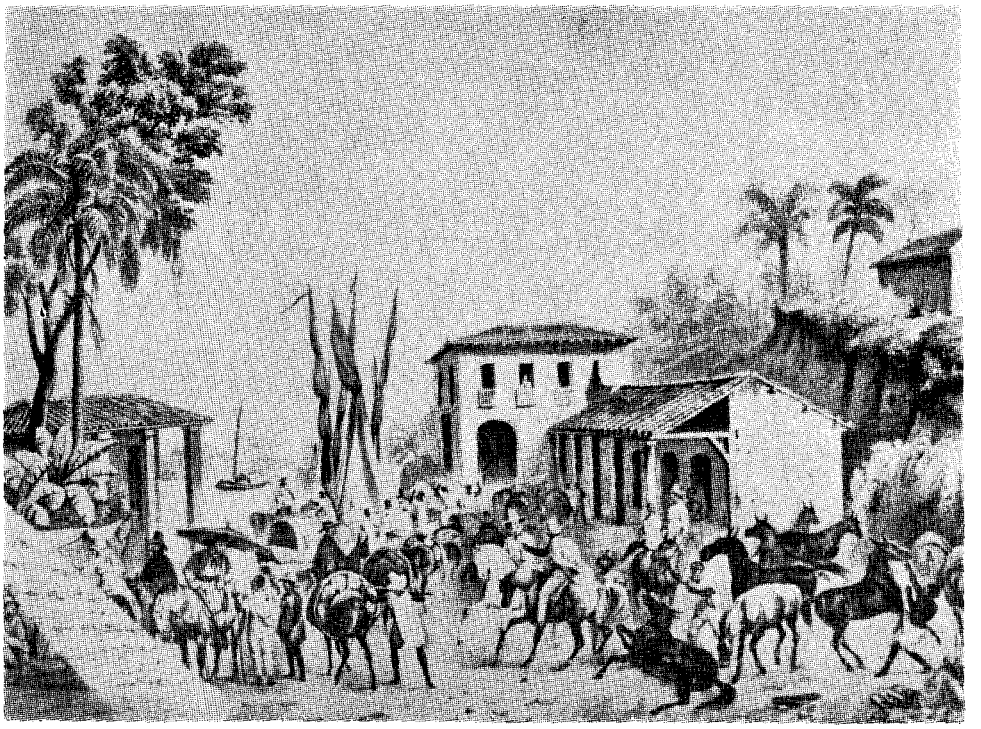


Fig. 21 — *Aspecto do movimento do pôrto da Estrêla, notando-se os muares das tropas e, ao longe, as embarcações.* (RUGENDAS — O Homem e a Serra, *p. 147, fig. 59*)

A escarpa mais abrupta da serra do Cubatão, entre São Paulo e Santos, só pôde ser transposta mais tarde, em 1866, por meio de um plano inclinado, mais uma vez por iniciativa de Mauá. Pouco mais tarde, porém, fundou-se a Companhia Paulista de Estradas de Ferro que conectou seus trilhos com os da outra estrada, levando os trens até Campinas, a partir de 1872.

Um outro lance ferroviário foi construído ligando São Paulo a Cachoeira, onde se fêz a ligação da Côrte com a capital paulista.

Foi-se organizando assim a rêde ferroviária paulista, em que, nas suas origens, sòmente a E. F. Sorocabana estava alheia aos interêsses do café.

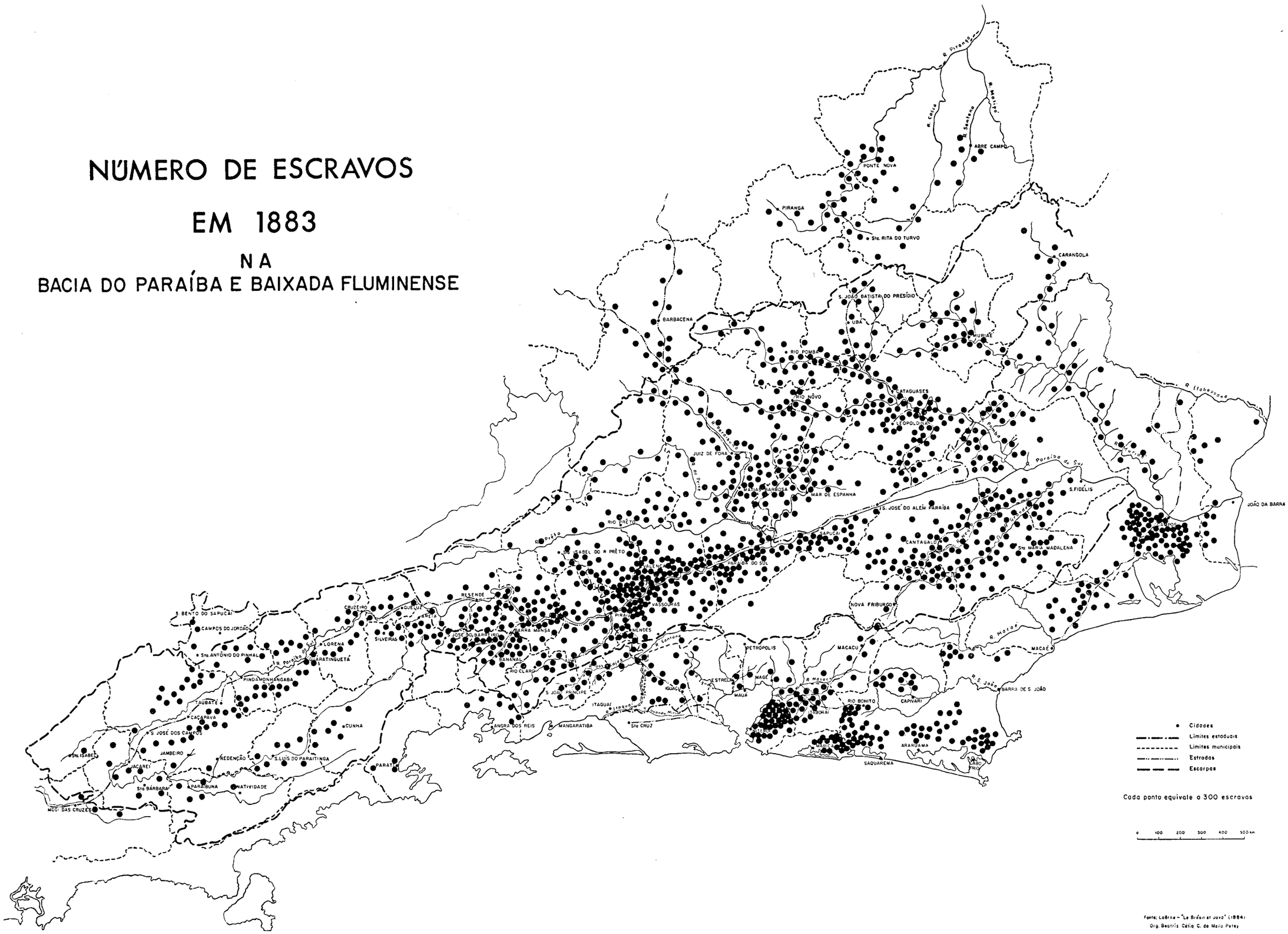
Como dois gigantescos funis, a rêde paulista e a mineiro-fluminense faziam convergir para os portos de Santos e Rio de Janeiro, respectivamente, as sacas de café produzidas nas áreas servidas pelos seus trens.

NÚMERO DE ESCRAVOS

EM 1883

NA

BACIA DO PARAÍBA E BAIXADA FLUMINENSE



Fonte: Lebrun – "Le Brésil et Java" (1884)
Org. Beatriz Célia C. de Mello Peres

Fig. 22 — *Distribuição dos escravos em 1883, na bacia do Paraíba e Baixada Fluminense.* (ENCARTE)

Os pequenos portos do litoral fluminense e norte paulista que serviam de entrepostos às tropas de muares perderam sua função e tombaram em ruínas. Os caminhos de tropas que varavam a serra foram igualmente reconquistados pela mata, com exceção da estrada União e Indústria, que servia ao centro fabril de Juiz de Fora. Também em virtude do progresso da circulação ferroviária, entrou a feira de burros de Sorocaba ràpidamente em colapso, na segunda metade do século passado.

Se, na vertente da costa, poucas ferrovias enfeixavam tôda a circulação de mercadorias, do café particularmente, do lado interior suas linhas-troncos se ramificavam em dédalos de pequenos ramais que iam servir aos interêsses dos fazendeiros influentes, passando-lhes à porta das propriedades. Êste inconveniente se fêz sentir especialmente no vale do Paraíba e na Zona da Mata, devido aos seguintes fatôres: o povoamento do fundo do vale; o relêvo fortemente ondulado, típico de rochas cristalinas em clima tropical úmido; a falta de um plano diretor único, e a constituição de várias pequenas emprêsas privadas independentes.

Malgrado tudo isso, as ferrovias do café tiveram um desenvolvimento brilhante. Em 1869, alongavam-se por 478 quilômetros, num total de 736 quilômetros existentes no país, e transportavam cêrca de 4/5 da tonelagem de mercadorias conduzidas pelas estradas de ferro brasileiras.

Ao proclamar-se a República, São Paulo possuía mais de 1 200 quilômetros de ferrovias em circulação; o Rio de Janeiro, mais de 800 quilômetros, e Minas, mais de 700 [34].

Havia, porém, um lado negativo. Como num passe de mágica, emprêsas capitalistas inglêsas que não tiveram a mínima participação no pioneirismo ferroviário do Brasil, assenhorearam-se, aberta ou veladamente, ainda antes do advento da República, de quase tôdas as ferrovias do país, as do café em especial, com exceção apenas da E. F. Central do Brasil, pertencente ao govêrno. Mauá, o insigne precursor da industrialização do Brasil, foi levado à falência, por ter-lhe o govêrno imperial negado apoio financeiro num momento difícil. Os barões do café, que impunham sua política a êsse govêrno, favoreceram, pela omissão, o capital imperialista contra a burguesia industrial nascente.

A comercialização do café no Rio de Janeiro era feita, na primeira metade do século XIX, por comissários, na maioria de nacionalidade portuguêsa, quase sempre refratários ao progresso, e que enriqueciam muito mais por estrita economia do que por espírito de especulação comercial.

O predomínio dos barões do café, na segunda metade do mesmo século, mudou, de maneira radical, a atitude dêsse grupo. Os comissários passaram a colaborar eficazmente com a lavoura. Além de

[34] H. Ferreira Lima — "Evolução da Produção Cafeeira no Brasil". *Bol. Geogr.*, n.º 123, nov.-dez. 1954, p. 407.

comerciantes tornaram-se êles verdadeiros financiadores e conselheiros dos progressos da cafeicultura.

Tempo houve, escreve TAUNAY, "em que o Rio de Janeiro contava perto de duas mil casas comissárias" [35].

Quando o comissariado fluminense alcançou sua fase áurea, foi o papel dêle reforçado pelos ensacadores, profissionais que compravam os estoques de café disponíveis no dia.

É fácil compreender a benéfica atuação que, de modo geral, desempeharam êsses comerciantes, desenvolvendo o crédito, num país em que o sistema bancário ainda estava em sua fase embrionária. Em 1882, por exemplo, ocasião da crise, tinham os comissários do Rio mais de sessenta mil contos de réis (quantia fabulosa para a época) adiantados aos fazendeiros [36].

A falta de dados estatísticos sôbre a produção de café nas fazendas escravagistas do vale do Paraíba constitui uma lacuna desoladora que nos impede de avaliar exatamente a significação econômica dessa região. O único feixe de luz que penetra parcialmente nessa obscuridade são as tabelas da produção cafeeira e do número de fazendas de café, em 1837, organizadas por DANIEL PEDRO MÜLLER, as quais infelizmente se referem apenas à parte paulista do vale.

São por isso de relevante utilidade os dados por municípios fornecidos por van DELDEN LAËRNE na sua clássica obra *Le Brésil et Java* sôbre a população escrava nas províncias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro (pp. 94-101, sublinhados os principais municípios cafeeiros), os quais permitem pelo menos reconstituir um dos aspectos do panorama social da principal região cafeeira do Brasil, em 1883, isto é, já na fase da decadência da estrutura escravagista.

Escolhido o vale do Paraíba, tratou-se de representar nêle a distribuição da população cativa. Surgiu, desde logo, um problema trabalhosíssimo: a reconstituição da malha municipal naquela época. Tal tarefa foi executada em ingentes pesquisas de gabinete pela geógrafa ELISA MARIA JOSÉ MENDES DE ALMEIDA. A geógrafa BEATRIZ CÉLIA CORRÊA DE MELO PETEY elaborou o mapa e, com base na localização dos pontos, apresentou oportunas sugestões. Os cartógrafos MARTINHO CORRÊA E CASTRO e ADALBERTO RUM DAS CHAGAS executaram o desenho final do mapa.

Não foram poucas as pequenas dificuldades, resolvidas algumas com segurança, outras com bom senso, deixando esta uma certa margem de imprecisão nos dados representados. Por exemplo: a numerosa população escrava no município de Campos distribuia-se na vasta área daquela comuna, que abrangia então todo o norte fluminense, até as lindes com Minas Gerais. Um tanto arbitràriamente, foram cartografados 2/3 dos pontos como situados na região açucareira do baixo Paraíba e 1/3 na zona cafeeira.

[35] A. E. TAUNAY, *op. cit.*, p. 174.
[36] *Id. ibid.*, p. 176.

Do mapa ressaltam imediatamente duas áreas de concentração de escravos: uma mais a leste, correspondendo ao município de Campos e seus vizinhos — Miracema, Cambuci — penetrando um pouco na área contígua da Zona da Mata. Êsse aglomerado correspondia à zona pioneira, ou melhor, à zona de rendimentos máximos nos cafèzais da bacia do Paraíba.

Causa admiração que a população escrava se concentre em mancha ainda maior na região dos cafèzais velhos do Paraíba: municípios de Resende, Barra Mansa, Vassouras, Piraí, com dois prolongamentos: o principal penetrando em Minas por Juiz de Fora, Matias Barbosa e Mar de Espanha; outro, secundário, penetrando em território paulista ao longo da estrada velha que ligava São Paulo ao Rio de Janeiro: Bananal, Areias, Silveira, São José do Barreiro...

Essa aglomeração servil parece tanto mais paradoxal, pois que o próprio LAËRNE descreve essa área como decadente, já invadida por extensões apreciáveis de sapèzais.

A explicação se encontra, mais uma vez, na economia. O escravo funcionava na fazenda — repetia-se — como parte do capital fixo (o principal investimento, aliás). Êle podia ser oferecido como garantia de hipoteca ou empréstimo, tal como os prédios, as máquinas, as plantações de café e as terras. E tal aconteceu, de modo que, à medida que o fazendeiro ia ficando endividado, mais vinculado ao destino da propriedade se tornava o escravo. Êsse fenômeno era particularmente acentuado na zona mais velha de cafèzais decadentes.

Alternando-se com as concentrações, evidenciam-se duas áreas principais de rarefação: a secção paulista do vale (exceto a citada ponta de lança da estrada velha) e o Alto da Serra (municípios de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo). Na primeira ocorria mesmo um vazio, correspondente aos tabuleiros terciários da bacia sedimentar de Taubaté, em cujos solos pobres talvez nunca tenha havido importantes cafèzais. A rarefação de escravos em São Paulo se deve provàvelmente a causas históricas: quando os cafèzais se espraiaram em terras bandeirantes, o instituto servil já estaria em sua fase decadente — escravos caros, condenação moral etc. — de maneira que aí os fazendeiros não quiseram ou não puderam se comprometer a fundo com o trabalho escravo. O Alto da Serra tinha poucos escravos, por motivo climático: é a "tierra fria"; nunca foi região cafeeira. Era antes uma região de circulação, visto que pelos seus principais colos — o de Petrópolis (vale do Piabanha) e o de Nova Friburgo — descia grande parte das safras, primeiro em tropas, depois pelas ferrovias.

O presente mapa reflete muito bem as diretrizes do povoamento, seguindo os rios. Por êle se compreende como o cafeicultor fluminense é um homem do vale, assim como o paulista é um homem do planalto.

CONCLUSÃO

Para bem compreender as causas do florescimento e da decadência da fazenda de café escravocrata, torna-se indispensável analisar o fenômeno econômico e social da escravidão em si.

A escravatura foi uma instituição legada ao Brasil pela tradição colonial. Mas como ressurgiu ela, após ter sido varrida do mundo ocidental cristão, desde a queda do Império Romano?

As grandes descobertas e conquistas dos séculos XV e XVI colocaram os europeus em contacto com numerosos povos primitivos da África, da Ásia e das Américas. Enquanto a maioria dêstes povos se encontrava ainda na fase da comunidade primitiva ou da escravatura, os europeus se encontravam na fase da acumulação capitalista. Esta estruturação inicial do capitalismo é também fase do capitalismo mercantilista, porque o objetivo das potências conquistadoras era o rápido enriquecimento através do comércio, fôsse pelo escambo de mercadorias raras — as especiarias, o açúcar —, fôsse pelo acúmulo de ouro e prata para a fabricação de meios de troca — as moedas.

Na europa, a classe trabalhadora vivia os dias amargos da organização do proletariado industrial, no período manufatureiro, mas jamais se submeteria, onde quer que fôsse, às condições cruéis do trabalho escravo.

Quando uma nova sociedade se estrutura, as relações de produção passam a depender das conquistas sociais obtidas pela massa trabalhadora. Aos povos nativos do Brasil a classe dominante impôs a escravatura, já que êsses povos ainda lhe podiam exigir, pois se encontravam no estágio da comunidade primitiva e na condição de dominados militarmente. O modo de produção escravocrata é o mais elementar que pode existir numa economia mercantil. Onde a massa demográfica nativa era insuficiente ou inadaptável ao trabalho cativo, o contingente de trabalhadores foi trazido da África, o grande manancial de escravos.

Já vimos acima como o escravo se comportava como capital constante. Conforme afirma J. Baby, o lucro líquido do trabalho escravo, depois de pago, correspondia à diferença entre o que êle produzia e o que êle gastava [37]. Ora, isto mesmo se verifica em relação a uma máquina ou um animal de trabalho.

Teòricamente, o trabalho servil oferece o valor máximo de renda da exploração da fôrça de trabalho, pois que o empresário dispõe à sua vontade sôbre o número de horas de labor, a alimentação etc., do trabalhador, sem que êste tenha direito a qualquer reivindicação. Na realidade, porém, não é assim, porque o rendimento do trabalho escravo é muito baixo. O cativo é um trabalhador sem esperança, já que nada poderá melhorar sua condição; é indiferente ao progresso técnico, pois êste não lhe trará qualquer benefício. No caso do Bra-

[37] *Principes fondamentaux d'Économie politique*, p. 48.

sil, como em muitos outros países, a ignorância dos escravos reforçava essa diferença. Por outro lado, o senhor de escravos se mantinha muito mais ocupado com a vida social ou política do que com o trabalho econômico, já que tôda a atividade manual era considerada degradante, em virtude da vigência do próprio instituto servil.

A única maneira de aumentar a produção era, portanto, aumentando o número de escravos, princípio que orientou o comendador BREVES. Mesmo certos fazendeiros progressistas, como os CLEMENTE PINTO, aperfeiçoaram o transporte e a comercialização, mas não souberam melhorar a produção; apenas a ampliaram.

Várias causas se conjugaram para provocar a decadência da escravidão nas fazendas de café, mas a comparação do mesmo fenômeno em outros tempos e outros lugares, onde atuaram por certo também outras causas, permitirá isolar o fator primordial.

Seria ingênuo atribuir à simples promulgação da Lei Áurea a extinção da escravatura no Brasil. A lei foi muito mais uma conseqüência, o clímax de um processo, do que uma medida generosa proveniente do arbítrio de um soberano.

Para êsse clímax concorreram:

1) o bloqueio inglês aos navios negreiros;
2) a condenação moral pela opinião pública;
3) o afrouxamento do aparelho de repressão, expresso pela recusa do Exército de caçar escravos fugidos (fato relacionado com o item anterior);
4) o esgotamento dos solos do vale do Paraíba e o oferecimento de terras novas e férteis no planalto paulista;
5) a baixa rentabilidade do trabalho escravo.

Todos êsses fatôres atuaram a longo prazo. Por exemplo, durante o bloqueio houve mesmo um incentivo do tráfico que alcançou um ritmo jamais igualado. Houve uma certa reação nacional contra essa intervenção estrangeira.

Qual teria sido, porém, o fator decisivo? Êste fator deve estar presente em fatos históricos semelhantes, ainda que em circunstâncias diversas. Alinhemos, pois, as causas da abolição da escravatura no Império Romano que foram afinal as da derrocada do próprio Império, tal como as enunciou o citado autor J. BABY. Foram elas:

1) O trabalho escravo era insuficiente para atender às exigências do Estado e às despesas suntuárias da classe dominante.
2) A religião cristã, pelo seu protesto contra a miséria material e moral, e pela sua afirmação da dignidade humana do escravo.
3) O parasitismo das classes dirigentes.
4) As crises econômicas internas.
5) A pressão dos Bárbaros para se instalarem no Império.

As duas últimas causas eram peculiares a Roma. No Brasil não havia ameaça de invasão, nem qualquer crise econômica séria e, no entanto, a abolição se fêz.

O parasitismo da classe dirigente também ocorria em nosso país, mas não a ponto de provocar qualquer comoção na estrutura social, visto que êle perdura até os nossos dias, sem ter impedido o nosso progresso econômico e social.

O cristianismo desempenhou em relação à escravidão em Roma o papel da condenação pública entre nós. Com o decorrer do tempo, os próprios cristãos se adaptaram ao instituto servil, tanto que no Brasil várias ordens religiosas possuíram escravos. Não vai nisto uma crítica à Igreja; também os protestantes do sul dos Estados Unidos foram senhores de escravos. Houve seguramente no Brasil grande número de católicos que se opuseram tenazmente à escravatura, por questão de consciência, tal como os positivistas, mesmo enfrentando a censura das classes dirigentes e seus adeptos. O importante a frisar nesse fator é que, embora sempre haja alguma oposição, a escravidão enquanto fôr econômicamente defensável subsiste. Ela se torna especialmente vulnerável aos ataques da opinião pública, quando esta se convence de que a servidão, além de desumana é antieconômica ou se constituirá num obstáculo ao progresso econômico num futuro próximo.

A baixa rentabilidade do trabalho cativo é, por conseguinte, o fator essencial inerente a êsse modo de produção e que traz, desde a sua origem, os germes da própria destruição. Em Roma, o mercado interno exigia o sustento das classes dirigentes com seus gastos obrigatórios e supérfulos, assim como o sustento dos seus dependentes. No Brasil, o mercado internacional do café exigia maiores quantidades e melhor qualidade do produto; e a fazenda escravocrata não estava capacitada para isso.

Mas se havia ainda tantas terras virgens, no planalto paulista como na Zona da Mata mineira, porque não poderiam elas ser ocupadas igualmente por fazendas de café com escravos, já que as novas ferrovias facilitavam o escoamento da produção? É L. COUTY quem nô-lo responde: calculando o balanço das despesas com o transporte do café para uma fazenda situada nos arredores de Campinas (a 183 quilômetros do mar), chegou à conclusão de que elas absorviam quase a quarta parte (24,2%) do preço pago ao fazendeiro por arrôba de café. Isto em 1883, numa época em que já a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro aplicava tarifas diferenciais para facilitar o custeio dos fretes. E acrescenta o citado autor que o problema dos fretes caros era de tal ordem que se tornavam pràticamente impossível o estabelecimento de lavouras a 400 ou, no máximo, a 500 quilômetros da costa [38].

Assim tinha podido a fazenda de café escravocrata estender-se até São João da Boa Vista, Caconde e Mococa, no trecho cristalino do planalto paulista, bem como até Carangola e Ponte Nova, na Zona da Mata. Era a lei de von THÜNEN aplicada à estrutura econômico-social da fazenda cafeeira.

[38] A. E. TAUNAY — "Condições do Trabalho em 1883", *Mensário do Jorn. Comerc.*, t. I. vol. II, fev. 1938.

Se bem que aparentemente gratuita, a mão-de-obra escrava corresponde a u'a máquina de fraco rendimento, cuja manutenção passava implìcitamente ao encargo do empresário, no ato da compra. Ora, é quase sempre mais vantajoso para o empresário alugar outra "máquina" de rendimento maior, apenas durante o tempo em que lhe é indispensável, correndo as despesas de manutenção por conta do próprio trabalhador. O maior rendimento do trabalho do assalariado, do colono ou mesmo do meeiro faz aumentar as rendas do proprietário.

Segundo as avaliações de COUTY, um escravo de boa fazenda, nas regiões de Campinas a Cantagalo, fornecia ao seu senhor sòmente 200 a 300 mil réis de renda líquida, por ano[39].

É verdade que a abolição do tráfico, provocada pelo bloqueio britânico, contribuiu para aumentar o preço do escravo, concorrendo assim para encurtar os limites do seu emprêgo econômico.

Tampouco as máquinas de beneficiar café, de grande capacidade, inventadas nas décadas de 1870-80 teriam podido dilatar as fronteiras da fazenda escravocrata, porque não só os escravos boçais não estavam aptos a manipular essas complicadas máquinas, como também as limitações se verificavam no volume e na qualidade das safras.

Assim, mesmo sem a interferência de outros fatôres, a fazenda de café escravocrata estava fadada à estagnação, no fim do século XIX. A partir daí, o esgotamento dos solos reduziria as colheitas, e novas áreas produtoras, no Brasil ou fora dêle, fàcilmente a suplantariam no mercado mundial.

A fazenda de café tocada por escravos é, portanto, representativa de uma época e de uma região.

BIBLIOGRAFIA

1) BABY, J.: *Principes fondamentaux d'Économie Politique*. 2me éd., 374 pp., 1951. Éd. Sociales, 64 Bd. Auguste-Blanqui, Paris — XIIIe.

2) CARLI, G. Dé: "Geografia Econômica e Social da Cana-de-açúcar no Brasil". 109 pp. + 11 figs. Ed. *Brasil Açucareiro*, 1938.

3) DEFFONTAINES, P.: "Como se constituiu no Brasil a Rêde das Cidades" *Boletim Geográfico*, ano II, n.º 14, maio 1944, 141-148; n.º 15, jun. 1944, pp. 299-308.

4) FURTADO, C.: *Formação Econômica do Brasil*. 301 pp., 1.ª ed., jan. 1959, Ed. Fundo de Cult. S.A., Rio, R. Ouvidor 86-2.º.

5) LAËRNE, C. F.: van Delden: *Le Brésil et Java*. 587 pp. + 2 *mapas "hors-texte"*. Martinus Nijhoff, La Haye, 1885.

6) LALIÈRE, A.: *Le Café dans l'État de Saint Paul (Brésil)*. 445 pp. + 97 figs. + 3 cartes + bibl. Augustin Challamel Édit., Paris, 1909.

7) LAMEGO, A. R.: *O Homem e a Serra*. Bibl. Geogr. Bras., publ. n.º 8. 350 pp. + 230 figs. + 4 mapas e gráfs. IBGE, CNG, Rio, 1950.

8) PRADO, Jor., C.: *História Econômica do Brasil*, 4.ª ed., 349 pp. + bibl. Edit. Brasiliense Ltda., São Paulo, 1956.

[39] *Id., ibid.*

9) ROTH, H.: "Die Entwicklung das Kaffeebaus in Brasilien seit 1790 unter dem Einfluss der Weltmarkpreise". *Ibero-Amerikan. Archiv,* Jahrg. I, 4, Apr. 1926, S. 289-314, 6 Tab + Bibl.

10) TAUNAY, A. E.: *Pequena História do Café no Brasil (1727-1937)*. 558 pp. Ed. D.N.C., Rio, 1945.

11) VALVERDE, O.: "Estudo Regional da Zona da Mata, de Minas Gerais". *Rev. Bras. Geog.,* ano XX, n.º 1, jan.-mar. 1958, pp. 3-82 + 40 figs. + 6 mapas + bibl.

SUMMARY

The initial path of coffee cultivation before it became an important export product was described as follows: Ethiopia, Arabia Felix, Java, Antilles, Guyanas, and Brazil. In this country, coffee from the Amazon region was sent to Rio de Janeiro (XVIIIth Century) as a backyard crop. The cooffee groves of the Fluminense lowland lasted for a short period and were of little importance.

Stimulated by the American market, coffee cultivation was developed in the mid Paraíba basin; the plants and the slaves came from the coast and the planters from the declining mining area of Minas Gerais.

The first years of pioneer occupation were very difficult. This was so, because they had to slash down woods, and because they had to expel the Indians and the squatters who didn't adapt themselves to the new economic and social structure. The great seats of the plantations, with their grounds to dry coffee and the "senzalas" (slave houses) formed a cluster and looked like a fortress. The coffee tree ranges sloped sharply downhill, making erosion easy.

In the mid Paraíba valley, the coffee groves expanded in two opposite directions: to S. Paulo and to the "Zona da Mata" (Forest zone) of Minas Gerais. The Brazilian coffee crop increased 30 times in volume, and 45 in value, from 1822 to 1889.

The intense social life of the coffee's aristocracy was the most brilliant in Brazilian history, and lasted until the end of imperial times (1889). Based on slave labor, it fostered the slave trade, in spite of the law abolishing it and the persecution of their ships by the English navy.

As compared to the Portuguese rural laborer, the Negro slaves in Brazil had better nourishment, but inferior clothing and working conditions.

The coffee planters built magnificent mansions not only in their plantations, but also in the nearby towns and outlet ports of the coffee region. Most of those towns had a commercial function and a linear pattern; some of them had their buildings around a square. Later, their outline was complicated, because of the diversification of urban functions.

The processing of coffee beans improved as the coffee cultivation expanded throughout the Paraíba valley. There, a humid technique was adopted, which was simpler than that used in the West Indies, but more complex than that of the Paulista plateau.

In the Paulista plateau, as in the Paraíba valley, the harvest was done in one single step. Green, ripe, and dry berries were gathered and processed together; the result was a poor quality product. The coffee from the Paraíba valley was of even lower grade than that of S. Paulo plateau, because its ripening was more irregular.

The transportation of coffee from the producing area to the ports was done on mule back, and the stopping places gave origin to several towns. The mule packs reached both the ports located at the navigation limit of the rivers flowing into the Guanabara's bay, and those ports in the mountainous coast of southern Rio de Janeiro and nouthern S. Paulo. Later on the railroads, were used to ship coffee crops to the main exportation ports of Rio and Santos. The other ports were left to fall in ruins.

The map illustrating the distribution of slaves, in 1883, in the Paraíba do Sul basin, shows slave concentrations in new coffee plantation zones, as well as in old ones where they served as the garantee for loans and mortgages.

Finally, an analysis is done on the fundamental causes of slavery's decline, establishing a parallel between Brazil and the Roman Empire. It arrives to the conclusion that slavery persists while it is economically necessary, and disappears as soon as people realize that it is uneconomic, besides inhuman. The former condition hindered the expansion of slave plantations on the S. Paulo plateau. The mechanization of coffee processing favored the expansion of coffee plantations run by European colonists and based on new labor relations.

The slave coffee plantation is therefore representative of a period, as well as of a region.

Versão de LÊDA CHAGAS PEREIRA RIBEIRO

RÉSUMÉ

Dans ce bref résumé, est décrite la trajectoire initiale du café, avant que celui-ci ne devint un grand produit d'exportation: Abyssinie, Arabie Heureuse, Java, Antilles, Guyanes et Brésil. Au Brésil, de l'Amazonie il a été transplanté à Rio de Janeiro (XVIII[e] siècle) comme une culture de jardin. Les plantations de café de la *Baixada Fluminense* eurent une rapide durée et peu d'importance.

Stimulée par le marché des Etats Unis, la culture du café se développa dans le bassin du Paraïba moyen, la plante et les esclaves arrivèrent du litoral et les futurs planteurs de Minas Gerais, de la zone de minération, entrée en décadence.

Les prémiers temps furent difficiles pour l'occupation pionnière, non seulement parce qu'il fallut abattre les forêts mais encore expulser les indiens et les *posseiros* (ceux qui avait pris possession de la terre) qui ne voulaient pas se soumettre à la nouvelle structure économique et sociale des *fazendas* (grandes propriétés) de café à main-d'oeuvre esclave. Le siège de la fazenda avec la residence du planteur, les *terreiros* pour sécher le café et les *senzalas* (maison

d'esclaves) formaient un ensamble fermé, qui rappelait, parfois, une forteresse. Les rangées d'arbustes de café descendaient les versants en suivant les lignes de plus forte pente, facilitant l'érosion.

Dans le moyen Paraïba, les plantations de café s'étendirent en deux directions opposées: vers S. Paulo et vers la *Zona da Mata*, à Minas Gerais. La production du café, au Brésil, de 1822 à 1889, fut muleipliée par trente quant au volume et 45 quant à la valeur.

L'étude nous décrit l'intense vie sociale de l'aristocratie du café, la plus brillante de l'histoire brésilienne, jusqu'à la fin de l'Empire (1889). Basée sur le travail esclave, elle contribua à augmenter considérablement le trafic des nègres, même après la loi qui l'interdissait et la persécution de la flotte anglaise.

Comparant l'ouvrier rural portugais au nègre esclave du Brésil, celui-ci avait meilleure alimentation mais des conditions bien inférieures de vêtement, d'habitation et de travail.

Non seulement dans ses fazendas les propriétaires ont construit de somptueuses maisons, mais encore dans les villes et dans les ports de la région du café. La plupart de ces villes avaient une fonction commerciale et son tracé était linéaire; quelques unes possédaient une place entourée de maisons. Plus tard seulement, à cause de la diversification des fonctions urbaines, le tracé de la ville perdit la simplicité.

Le procès pour améliorar le café devint plus efficace quand la culture s'est répandue dans la vallée du Paraïba, mais il s'est fixé dans une technique par voie humide plus simples que celle adoptée aux Indes Occidantales et plus compliquée que celle du plateau paulista. La récolte tant au plateau paulista que à la vallée du Paraïba était faite en une seule fois; on arrachait les grains verts, nûrs et secs, cause principale de la mauvaise qualté du produit. Celle-ci était encore inférieure dans la vallée du Paraïba, car la maturation des fruits était moins régulière.

Le transport du café, de la région où il était produit vers les ports, se faisait par des troupes de mulets (*a tropa*); les gîtes d'étape (*os pousos*) ont donné lieu à la naissance de villes. Ces troupes atteignaient les petits ports situés à la limite de la navégation des fleuves qui se jettent dans la baie de Guanabara, ou le littoral montagneux du sud de la province de Rio da Janeiro et du nord de celle de São Paulo. Les voies ferrées concentrèrent l'exportation du café dans les ports de Rio et de Santos; les autres ports du littoral furent alors ruinés.

La carte de la distribution des esclaves dans le bassin du Paraïba do Sul, en 1883, nous montre des concentrations dans les nouvelles plantations de café et aussi dans les anciennes, où les esclaves servaient de garantie aux emprunts et hypothèques.

Finalement, l'auteur analyse les causes fondamentales de la décadence de l'esclavage, dans un parallèle entre le Brésil et l'Empire Romain. Il conclut que l'esclavage subsiste jusqu'au moment où il est économiquement avantageux, et finit par disparaître quand l'opinion publique est persuadée que non seulement il est inhumain comme aussi onéreux. Ce même facteur s'opposa à l'expansion des fazendas d'esclaves dans le plateau paulista. La mécanisation pour traiter le café favorisa l'expansion des fazendas avec des colons européens et de nouvelles relations de travail.

La fazenda de café à main-d'oeuvre esclave est donc l'expression d'une époque et d'une région.

Versão de OLGA BUARQUE DE LIMA